



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

RESOLUCAO Nº73/2025/CAMEN/IFSULDEMINAS

4 de novembro de 2025

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem Subsequente - IFSULDEMINAS - Campus Passos, aprovada em 22 de outubro de 2025.

A presidente da Câmara de Ensino - CAMEN do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professora Márcia Rodrigues Machado, nomeada pela portaria Nº 1.236, publicado no DOU de 04.09.2020, seção 2, página 22 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar a alteração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Enfermagem Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Passos.

Art. 2º Atualizar a Resolução CAMEN Nº 13/2023.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 22 de outubro de 2025.

Márcia Rodrigues Machado

Presidente da Câmara de Ensino

IFSULDEMINAS

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem Subsequente - Campus Passos (anexado em 03/11/2025 13:24:03)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcia Rodrigues Machado, DIRETORA DE ENSINO - CD3 - IFSULDEMINAS - DE**, em 04/11/2025 10:07:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/11/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 604249
Código de Autenticação: a423ac2100





PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SUBSEQUENTE

**PASSOS - MG
2025**

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Camilo Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcelo Bregagnoli

REITOR DO IFSULDEMINAS
Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Clayton Silva Mendes

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Luiz Carlos Dias da Rocha

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Daniela Ferreira Cardoso

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Carlos Henrique Rodrigues Reinato

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Cléber Ávila Barbosa

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Luiz Flávio Reis Fernandes, Aline Manke Nachtigall, Renato Aparecido de Souza, Juliano de Souza Caliari, Rafael Felipe Coelho Neves, Alexandre Fieno da Silva, João Olympio de Araújo Neto e Carlos José dos Santos

Representante do Ministério da Educação

Silmário Batista dos Santos

Representantes do Corpo Docente

Rafael Vieira Âmbar, Flaviane Aparecida de Sousa, Luciano Pereira Carvalho, Carlos Alberto Machado Carvalho, Jussara Aparecida Teixeira, Nathalia Luiz de Freitas Braga, Donizeti Leandro de Souza, Aline Pereira Sales Morel

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

João Carlos Ferreira, Lucas Viana Marinello da Silva, Evaldo Tadeu de Melo, Otávio Soares Paparidis, Márcio Messias Pires, Paula Costa Monteiro, Nelson de Lima Damião, Rodrigo Janoni Carvalho, Anne Caroline Bastos Bueno

Representantes do Corpo Discente

Diego Rafael Rocha, Carolina Rodrigues Spagnol, Amanda Silva Padilha, Lucas Eduardo Caruzo da Silva, Amanda Oliveira Lemes, Fernanda Lorena Araujo Baeza, Breno Almeida Giannini Prado, Layara Gualberto Lopes

Representantes dos Egressos

Adriano Carlos de Oliveira, Ygor Vilas Boas Ortigara, Dara Gabrielle Garroni Andrade, Jorge Vanderlei Silva, Marcelo Junior Silva, David da Silva Beca, Débora Alvarenga dos Santos, Mellyna Cristal Souza

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno e Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Teovaldo José Aparecido e Ana Rita de Oliveira Ávila Nossack

Representantes do Setor Público ou Estatais

Rosiel de Lima e Cícero Barbosa

Representantes Sindicais

Eduardo Pereira Ramos

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini e Marcelo Bregagnoli

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS
GERAIS**

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Carmo de Minas
João Olympio de Araújo Neto

Campus Inconfidentes
Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado
Aline Manke Nachtigall

Campus Muzambinho
Renato Aparecido de Souza

Campus Passos
Juliano de Souza Caliari

Campus Poços de Caldas
Rafael Felipe Coelho Neves

Campus Pouso Alegre
Alexandre Fieno da Silva

Campus Três Corações
Carlos José dos Santos

COORDENADORA DO CURSO

Heloisa Turcatto Gimenes Faria

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DOCENTES

Andréa Cristina Alves
 Dérica Karoly Evarista Almeida
 Emerson Piantino Dias
 Flávia Helena Pereira
 Heloisa Turcatto Gimenes Faria
 Jamila Souza Gonçalves
 Juliano de Souza Caliari
 Yeda Maria Antunes de Siqueira

PEDAGOGAS

Aline Gonzaga Ramos
 Vera Lúcia Santos Oliveira

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Gabriela Rocha Guimarães
 Laressa Pereira Silva
 Lilian Cristina de Lima Nunes
 Paulo Henrique Novaes

BIBLIOTECÁRIA

Jussara Oliveira da Costa
 Romilda Pinto da Silveira

TÉCNICA DE LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM

Regiane Mendes Costa Paiva

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

Nome	Formação	Titulação
Andréa Cristina Alves	Enfermagem	Doutora
Dérica Karoly Evarista Almeida	Enfermagem	Mestre
Emerson Piantino Dias	Enfermagem	Doutor
Flávia Helena Pereira	Enfermagem	Doutora
Heloisa Turcatto Gimenes Faria	Enfermagem	Doutora
Jamila Souza Gonçalves	Enfermagem	Doutora
Juliano de Souza Caliari	Enfermagem	Doutor
Yeda Maria Antunes de Siqueira	Enfermagem	Doutora

LISTA DE QUADROS E FIGURA

Figura 1 - Localização geográfica do município de Passos MG	15
Quadro 1 - Quantitativo de inscritos no vestibular/ano – Técnico em Enfermagem	18
Quadro 2 - Resumo de critérios para efeito de aprovação nos Cursos Técnicos Subsequente do IFSULDEMINAS.	66
Quadro 3 - Docentes Enfermagem. IFSULDEMINAS, campus Passos.	80
Quadro 4 - Corpo técnico administrativo IFSULDEMINAS, campus Passos.	80

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	09
1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria	09
1.2. Entidade Mantenedora	09
1.3. IFSULDEMINAS – campus Passos	09
2. DADOS GERAIS DO CURSO	10
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	11
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PASSOS	12
4.1. Histórico	12
4.2. Dados socioeconômicos e socioambientais, locais e regionais	15
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO	16
6. JUSTIFICATIVA	16
7. OBJETIVOS DO CURSO	18
7.1 Objetivo Geral	18
7.2 Objetivos específicos	18
8. FORMAS DE ACESSO	19
9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	20
10. ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES	21
10.1 Metodologia Curricular	23
10.2 Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	24
10.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação	25
10.4 Matriz Curricular	26
10.5 Resumo da Matriz Curricular	28
11. EMENTÁRIO	29
11.1 Disciplinas do Primeiro Módulo	29
11.2 Disciplinas do Segundo Módulo	36
11.3 Disciplinas do Terceiro Módulo	45
11.4 Disciplinas do Quarto Módulo	54
12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	60
12.1 Das Reposições	61
12.2 Das Trocas de Estágio	61
12.3 Do Aproveitamento de Carga Horária de estágio Anterior	61

13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	63
13.1 Da Frequência	64
13.2 Da Verificação do Rendimento Escolar e da Promoção	65
13.3 Do Conselho de Classe	71
13.4 Integralização	71
14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	72
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	73
16. APOIO AO DISCENTE	74
16.1. Ações Inclusivas	75
16.1.1. Terminalidade Específica	75
16.1.2. Flexibilização Curricular	76
16.2. Acessibilidade	78
16.3. O NAPNE	79
17. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	80
17.1. Funcionamento do Colegiado de curso	80
17.2. Atuação do(a) Coordenador(a)	80
17.3. Corpo Docente/Tutor	82
17.4. Corpo Administrativo	82
18. INFRAESTRUTURA	84
19. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	89
20. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	90
21. CONSIDERAÇÕES FINAIS (OBSERVAÇÕES)	90
22. REFERÊNCIAS	90
Anexos	94

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Cleber Ávila Barbosa
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37.553-465
DDD/Telefone	(35)3449-6150
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica–SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço	Esplanada dos Ministérios Bloco I, 4º andar – Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8684
E-mail	setec@mec.gov.br

1.3 IFSULDEMINAS – Campus Passos

Nome do Campus Ofertante	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Passos
CNPJ	10.648.539/0007-09
Nome do Dirigente	Juliano de Souza Caliari
Endereço do Instituto	Rua da Penha, 290
Bairro, cidade e UF	Penha II, Passos, MG
CEP	37903-070
DDD/Telefone	(35)3526-4856
E-mail	gabinete.passos@ifsuldeminas.edu.br

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Curso Técnico em Enfermagem

Tipo: Presencial

Modalidade: Subsequente

Eixo Tecnológico: Saúde e Ambiente

Local de Funcionamento: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS, Campus Passos.

Ano de Implantação: 2010

Habilitação: Técnico em Enfermagem

Turnos de Funcionamento: Noturno

Número de Vagas Oferecidas: 35 Vagas

Forma de ingresso: Processo Seletivo

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio

Duração do Curso: 2 anos

Periodicidade de oferta: anual

Disciplinas Teóricas: 1266h40 (disciplinas obrigatórias) ou 1300h (disciplinas obrigatórias e optativa)

Estágio Supervisionado: 400h

Carga Horária total: 1666h40 ou 1700h (optativa)

Ato Autorizativo: RESOLUÇÃO Nº 003/2014, DE 21 DE JANEIRO DE 2014

Coordenadora do Curso: Heloísa Turcatto Gimenes Faria

Endereço do coordenador: R. da Penha, 290 - Penha II – CEP: 37903-070

Telefone do coordenador: 3526-4856

E-mail: heloisa.faria@ifsuldeminas.edu.br

3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei Federal Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior, e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional. A instituição se organiza como autarquia educacional *multicampi*, com proposta orçamentária anual para cada Campus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica. Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma:

- Campus Inconfidentes
- Campus Machado
- Campus Muzambinho
- Campus Passos
- Campus Poços de Caldas
- Campus Pouso Alegre
- Campus Carmo de Minas
- Campus Três Corações
- Reitoria em Pouso Alegre

A estrutura multicampi começou a constituir-se em 2008, quando a Lei Federal Nº 11.892/2008 transformou as escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em Campus Inconfidentes, Campus Machado e Campus Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria fica, desde então, em Pouso Alegre. Em 2009, estes três *Campi* iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos *Campi* Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre. Em 2013, foram criados os *Campi* avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito das águas mineiro, que fora protocolada no Ministério da Educação em 2011, como região prioritária da expansão. Compete aos *Campi* prestar os serviços educacionais para comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos *Campi*. A Reitoria comporta cinco Pró-Reitorias:

- Pró-Reitoria de Ensino
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Administração
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

As Pró-Reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade. As outras duas Pró-Reitorias, a Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho.

A Reitoria conta ainda com o apoio do Colégio de Dirigentes, Comissão Própria de Avaliação, Colégio de Desenvolvimento de Pessoas, Comissão Permanente de Pessoal Docente, Colégio de Ensino, Pesquisa e Extensão, Colégio de Administração e Planejamento Institucional, Comissão de Ética e Comissão Interna Superior de Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos. Além de Chefe de Gabinete, Assessoria de Comunicação, Ouvidoria, Auditoria, Diretoria Executiva, Procuradoria Federal e Direção de Gestão da Tecnologia da Informação.

Todos esses elementos constituintes do IFSULDEMINAS permitem à instituição alcançar sua missão, qual seja promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

4 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PASSOS

4.1 Histórico

O Campus Passos surgiu após o convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Passos e o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, estabelecido em 2010, como Polo de Rede Passos. O primeiro processo seletivo ocorreu em 26 de junho de 2010, e as aulas tiveram início em 9 de agosto do mesmo ano. No final deste ano, chegaram os primeiros servidores. Em 2011, foram nomeados os primeiros docentes efetivos para atuarem no recém-criado Campus Avançado Passos. Neste mesmo ano, esta unidade do IFSULDEMINAS estava em processo de transformação definitiva para Campus. A realização da audiência pública, em maio de 2011, para verificar a demanda de cursos para serem ofertados nesta instituição e também a doação de um terreno de mais de 10 (dez) mil metros quadrados, pela Prefeitura Municipal, garantiu a implantação do Instituto Federal em Passos. Em 2012, chegaram novos professores para atuarem nos cursos criados a partir da audiência pública realizada e para dar continuidade aos cursos em andamento. Foi aprovado pelo Conselho Superior o organograma do Campus, definindo a sua estrutura organizacional, para alavancar o seu desenvolvimento. O IFSULDEMINAS - Campus Passos foi reconhecido oficialmente pelo MEC por meio da Portaria nº

953, de 16 de julho de 2012 (publicada no Diário Oficial da União de 17/07/2012), que autorizava a instituição promover o funcionamento desse Campus. Já no final desse mesmo ano, dois fatos históricos marcantes para a instituição, a inauguração do Campus pela ex-presidente Dilma Rousseff em Brasília, no dia 05 de dezembro de 2012, junto com outras 34 (trinta e quatro) unidades dos Institutos Federais espalhados no Brasil, e a aquisição da área anexa (mais de 10.000 m²), onde atualmente funciona o setor administrativo, o auditório, a portaria, o ginásio, novas salas de aulas e o restaurante universitário para atender especialmente aos estudantes do curso técnico integrado ao ensino médio. No decorrer do ano de 2013, o Campus recebeu novos profissionais totalizando, na época, 33 (trinta e três) docentes, 24 (vinte e quatro) técnicos-administrativos, 18 (dezoito) terceirizados e 01 (um) profissional cedido pela prefeitura. Nesse mesmo ano, o novo espaço exclusivo para a Biblioteca foi entregue à comunidade, com uma área ampla para leitura, estudo, acervo, computadores com acesso à Internet para pesquisa e acesso aos periódicos. Também foram entregues novos laboratórios e equipamentos, além de alguns móveis e equipamentos para a infraestrutura geral do Campus. Outro fato nesse ano, foi o início da construção de um prédio pedagógico com 18 (dezoito) salas de aulas e do refeitório. O primeiro órgão de representação discente, Grêmio Estudantil Nova Etapa - GENE foi fundado com o objetivo de representar o movimento estudantil do Campus. No mês de agosto do corrente ano, o Campus recebeu um ônibus para realização de visitas técnicas e outros, a fim de agregar e aprimorar os conhecimentos dos discentes. Ainda em 2013, o Campus Passos abriu aproximadamente 1500 vagas, nos dois semestres, para cursos diversos de Formação Inicial e Continuada – FIC pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, no Campus Passos e nas Unidades Remotas de São Sebastião do Paraíso, Guardinha e Termópolis, e também para cursos FIC Institucional, para atender a demanda da região na formação de profissionais para o mercado de trabalho.

Em 2014, o Campus iniciou a implantação de cursos superiores com início das atividades em 2015 e, em 2017 iniciou a oferta de cursos de Especialização.

Em 2019, todos os cursos de graduação foram avaliados pelo MEC/INEP e tiveram o reconhecimento com a nota máxima 5. Nesse mesmo ano, foi criada a Associação Atlética para promover e coordenar as atividades esportivas do Campus, organizando treinos e campeonatos universitários (internos ou externos), assumindo os compromissos expostos no Capítulo II, Art. 4º da Resolução 111/2018. A Atlética representa o interesse dos estudantes com fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais com a representação máxima dos estudantes de todos os cursos técnicos do IFSULDEMINAS.

Atualmente, o Campus conta com 66 Docentes e 40 Técnicos Administrativos em Educação.

Cursos atualmente ofertados:

a) Cursos Técnicos:

- Técnico em Enfermagem (subsequente)
- Técnico em Administração EaD (subsequente)
- Técnico em Contabilidade EaD (subsequente)
- Técnico em Serviços Públicos EaD (subsequente)
- Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Design Gráfico Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Produção de Moda Integrado ao Ensino Médio

b) Graduações:

- Bacharelado em Administração
- Bacharelado em Ciência da Computação
- Licenciatura em Matemática
- Tecnologia em Design de Moda
- Tecnologia em Produção Publicitária

c) Especializações *Lato Sensu*:

- Atenção Primária em Saúde e Atenção Psicossocial EaD
- Desenvolvimento Web Ead
- Enfermagem em Urgência e Emergência EaD
- Enfermagem Oncológica EaD
- Ensino de Humanidades
- Gestão Escolar EaD
- Gestão Estratégica de Negócios EaD
- Gestão da Inovação EaD
- Mídias e Educação EaD
- Modelagem do Vestuário EaD

4.2 Dados socioeconômicos e socioambientais, locais e regionais

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021)¹, o Município de Passos está localizado numa posição estratégica, a 351 km da capital mineira, Belo Horizonte, e a 168 km do município de Ribeirão Preto, SP. O município é cortado por uma importante rodovia estadual, a MG 050, que liga o estado de São Paulo, Sul e centro oeste de Minas Gerais.

Pertencente a Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas, Passos, possui uma população estimada de 115.970 habitantes, distribuídos em uma área total de 1.338.070 km², considerada a 4.^a maior cidade do Sul/Sudoeste Mineiro e a 26^a do Estado de Minas Gerais. Sua economia está baseada no agronegócio, indústrias de confecções e móveis, setor de serviços e turismo (Figura 1).

Figura 1 – Localização geográfica do município de Passos MG



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

Sede da Associação dos Municípios do Médio Rio Grande - AMEG, que reúne 21 municípios numa área total de 11.877 km², e do Circuito Turístico Nascentes das Gerais, que envolve uma série de cidades circunvizinhas ao município, e, localizadas no entorno da serra da Canastra e lago de furnas, Passos tornou-se uma cidade referência na região.

Em 2021 as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram para Passos uma população de 115.970 habitantes, o que a torna a quarta cidade mais populosa do sul de Minas Gerais. Sua economia baseia-se principalmente no agronegócio, em pequenas indústrias de confecções e móveis, além de um forte setor de serviços. Por ser um polo regional, tem um comércio significativo, com infraestrutura de serviços públicos e privados, fazendo do turismo de compras um diferencial para quem visita a cidade.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). <http://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/passos.html>

De acordo como Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local das Confecções de Passos, elaborado em 2012 por uma equipe multidisciplinar, o início das atividades industriais aconteceram em meados de 1979, por um grupo de costureiras que prestavam serviços a uma loja de roupas de festa, e, decidiram abrir suas próprias confecções no município de Passos. No entanto, a relevância regional só aconteceu em meados de 1990. Em 2006, as indústrias confeccionistas de Passos somavam um total de 152 unidades produtivas, concentradas no entorno da Avenida Comendador Francisco Avelino Maia (Avenida da Moda), deste total, 149 eram micro e pequenas empresas (com menos de 30 20 funcionários), 2 eram empresas de médio porte e 1 empresa de grande porte (com mais de 200 funcionários) e todas de gestão familiar (Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local das Confecções de Passos, 2012).

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso Técnico em Enfermagem faz parte do Eixo Tecnológico “Ambiente e Saúde”, que compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde.

A Enfermagem, em todas as suas categorias, é uma profissão regulamentada pela Lei Nº 7.498 de 25/06/1986. Esta Lei regulamenta o exercício profissional, bem como as atividades pertinentes a cada categoria profissional da enfermagem.

O Técnico em Enfermagem está habilitado a desenvolver atividades relacionadas à prestação de cuidados à pessoa, família e coletividade, atuando na promoção, prevenção e recuperação da saúde. Nesse sentido, o Curso Técnico em Enfermagem contempla, dentro de sua proposta curricular, disciplinas relacionadas às ações de enfermagem em todos os ciclos vitais do ser humano, nas mais diversas especialidades das ciências da saúde e tem como missão formar Técnicos em Enfermagem comprometidos, competentes, honestos e leais aos preceitos éticos e legais da profissão.

6 JUSTIFICATIVA

Passos está localizada na mesorregião sul/sudoeste mineira, com população de 111.939 habitantes. Apresentou, em 2010, Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM¹ de 0,756, o que situa o município na faixa de desenvolvimento Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O fator que mais contribui para estes parâmetros é a Longevidade, caracterizada pelo índice de 0,886, seguida pela Renda, com índice 0,741 e a Educação com 0,658. Este mesmo estudo demonstrou que 46,21% dos jovens entre

18 e 20 anos possuem o ensino médio completo.

A cidade se destaca como Polo Regional, possuindo uma economia baseada principalmente na agropecuária e no agronegócio, em pequenas indústrias de confecções e móveis, além de um forte setor de serviços.

A saúde apresenta-se em grande destaque na rede de serviços. O município é sede de um Gerência Regional de Saúde, que atende a 24 municípios, com uma população com cerca de 400.000 habitantes, descentralizando as ações da Secretaria de Estado de Saúde. Possui 03 hospitais, dois deles com Serviço de UTI, além da Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

A Santa Casa de Misericórdia de Passos é um hospital regional, de caráter filantrópico que atende toda a população do sudoeste mineiro. Por possuir um corpo altamente especializado consolidou-se como um importante centro de atendimento à saúde, tendo Unidade de Terapia Intensiva Adulta com 35 leitos, Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, Unidade de Emergência e Unidade Coronariana. Ligada a essa instituição está também o Hospital Regional do Câncer, muito importante na assistência a pacientes oncológicos de toda a região Sul de Minas.

O Hospital São José é conveniado à Unimed e dispõe de infraestrutura menor, porém apresenta atendimento diferenciado e tecnologia avançada para seus clientes, com uma Unidade de Terapia Intensiva de 06 leitos.

A Unidade de Pronto Atendimento - UPA, possui infraestrutura moderna, é um estabelecimento de saúde de complexidade intermediária, compõe uma rede organizada de atenção às urgências, em conjunto com a Atenção Básica à Saúde e com a Rede Hospitalar.

A Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, que também é regional, vinculado ao Hospital do Coração, atende uma grande demanda de pacientes/clientes cardiopatas, com procedimentos invasivos especializados, inclusive cirurgia cardíaca.

A cidade de Passos é assistida por 24 equipes do ESF (Estratégia de Saúde da Família) o que abrange 80% de cobertura populacional. A rede de laboratórios conta com aqueles mantidos pelo SUS, além dos laboratórios privados, possuindo equipamentos modernos sob a responsabilidade de analistas com formações específicas em análise patológica e clínicas à disposição dos clientes/pacientes.

A rede de ensino regional voltado à saúde conta com três cursos particulares, um filantrópico e um curso público de formação de Técnicos em Enfermagem, além de dois cursos de Graduação em Enfermagem, sendo um particular e um público. Apesar desta oferta de cursos, a demanda pelo profissional técnico em enfermagem permanece em crescimento já que a região conta com duzentos estabelecimentos no setor de saúde.

Desta forma a existência do Curso Técnico em Enfermagem no Campus Passos é relevante para a sociedade local e regional, pois além de formar profissionais que poderão ser absorvidos

rapidamente pelo mercado de trabalho, contribuirá para a melhoria da assistência à saúde disponibilizada à população.

Outro ponto importante a ser considerado como justificativa, é a expressiva procura pelo curso. Dados fornecidos pela COPESE – Campus Passos, demonstram números significativos de inscrições efetuadas durante os processos seletivos do IFSULDEMINAS (Quadro 1).

Quadro 1 – Quantitativo de inscritos no processo seletivo/ano – Técnico em Enfermagem

	Processo Seletivo						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Inscritos	443	394	292	389	253	373	316
Confirmados	207	210	158	201	139	240	174
Relação candidato/vaga	10,3	10,5	7,9	8,0	5,5	6,9	4,9

Fonte: COPESE – Campus Passos. Passos – MG, 2024.

7 OBJETIVOS DO CURSO

7.1 Objetivo Geral

Formar técnicos em enfermagem com conhecimento técnico-científico e reflexão crítica para intervir no processo saúde/doença da população, nos diversos cenários da prática profissional, de forma individual e coletiva, com competência técnica, científica, social, política, ética e educacional.

7.2 Objetivos específicos

- Formar profissionais técnicos em enfermagem com capacidade para atuar em todas as atividades privativas da profissão, em especial no que se refere ao apoio ao diagnóstico, à educação para a saúde, à proteção e prevenção, à recuperação e reabilitação, e à gestão da saúde;
- Capacitar os alunos para o atendimento de enfermagem crítico e reflexivo, pautado nas dimensões científicas, técnicas, éticas, políticas, sociais e educativas;
- Oferecer condições para que os alunos executem a assistência de enfermagem com competência e responsabilidade;
- Oferecer aos alunos formação ampla, que atenda às necessidades nos diferentes níveis de atenção, seja na área hospitalar, de saúde coletiva ou empresarial;
- Preparar o aluno para a assistência de saúde em todos os níveis de crescimento e desenvolvimento humano.

8 FORMAS DE ACESSO

De acordo com a Resolução nº 73/2015 do IFSULDEMINAS, a qual dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio, o ingresso, a matrícula e a rematrícula se darão da seguinte maneira:

Art. 10. A seleção de candidatos ao ingresso no curso, que possui oferta de 35 vagas anuais, deverá ser realizada mediante Exame de Seleção adotado pelo IFSULDEMINAS, podendo ingressar por processo seletivo para ocupação de vagas regulares e remanescentes, transferência ex officio e outras formas, conforme a legislação vigente e resoluções internas do CONSUP. Parágrafo Único: Para as vagas de ingresso no IFSULDEMINAS serão consideradas as ações afirmativas constantes na legislação brasileira e aquelas de ampla concorrência.

Artigo 11º - Para inscrever-se em curso técnico subsequente oferecido pelo IFSULDEMINAS, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio, em acordo com a Resolução CNE nº 6/2012, com parecer CNE/CEB nº11/2012 e ainda conforme previsto no edital de seleção.

Artigo 12º - A matrícula ou rematrícula - que é o ato pelo qual o discente vincula-se ao IFSULDEMINAS, deverá(ão) ser efetuada(s) de acordo com a norma interna empregada pelo respectivo campus.

§ 1º Os períodos de matrícula e de rematrícula serão previstos em calendário acadêmico, conforme Resolução CONSUP 046/2012. Desta forma, os discentes serão comunicados sobre normas e procedimentos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do prazo final da matrícula, devendo cada campus promover ampla divulgação.

§ 2º A matrícula será feita pelo discente ou seu representante legal (se menor de 18 anos) e deverá ser renovada a cada semestre letivo regular.

§ 3º O candidato com direito à matrícula deverá efetuá-la no prazo previsto pelo edital do processo seletivo.

§ 4º No ato da rematrícula, o discente não poderá estar em débito com a biblioteca ou qualquer outro material/documento da instituição.

§ 5º O discente com direito à rematrícula que deixar de efetuá-la dentro dos prazos previstos deverá justificar o fato à Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) ou Secretaria de Registros Escolares (SRE), até sete dias úteis após o primeiro dia letivo do semestre seguinte, sem o que será considerado desistente, perdendo sua vaga nesta Instituição.

Artigo 13º - O trancamento da matrícula poderá ser realizado pelo discente ou seu representante legal, se menor de 18 anos, a partir do segundo módulo/periódico do curso, respeitando o prazo de 30 dias consecutivos do início do semestre letivo.

§ 1º Não será permitido o trancamento de matrícula em disciplinas isoladamente.

§ 2º O trancamento de matrícula dar-se-á impreterivelmente pelo período máximo de um semestre para cursos de 12 meses e de dois semestres consecutivos e por uma única vez, para cursos acima de 12 meses de duração, devendo o discente renovar a matrícula no prazo determinado.

§ 3º A reativação da matrícula (destrancamento) somente poderá ocorrer para o início do semestre letivo, no período destinado à matrícula, conforme data informada no calendário letivo.

§ 4º O discente, ao ser reintegrado ao curso, deverá acompanhar o Projeto Pedagógico do Curso que está vigente, desde que o curso esteja ativado na instituição.

§ 5º Caso o curso seja extinto ou deixe de ser ofertado, o campus não se responsabiliza e nem se obriga ao enquadramento de discentes que retornaram após o trancamento de matrícula.

§ 6º O discente que não reativar sua matrícula no período estipulado será considerado evadido, perdendo automaticamente sua vaga na instituição.

Artigo 14º - Deverá a instituição emitir o comprovante de matrícula, de rematrícula ou de trancamento para o estudante.

9 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Conforme a 3^a Edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, após a conclusão do curso o Técnico em Enfermagem, deverá: Realizar curativos, administrar medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensurar antropometria; verificar sinais vitais; auxiliar na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação do processo saúde-doença; preparar o paciente para os procedimentos de saúde; prestar assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos e gravemente enfermos; aplicar as normas de biossegurança.

Segundo o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, o técnico em enfermagem participa, como integrante da equipe de saúde, das ações que visam satisfazer as necessidades de saúde da população e da defesa dos princípios das políticas públicas de saúde e ambientais, que garantam a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.

O Técnico em enfermagem poderá atuar em todos os locais que prestem assistência à saúde, como hospitais, asilos e clínicas, unidades básicas de saúde, dispositivos da atenção psicossocial, serviços de assistência pré-hospitalar, no âmbito público ou privado.

Para atender às demandas do processo produtivo, o Técnico em Enfermagem exerce atividades de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau

auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem. Para isso, deverá constituir as seguintes competências profissionais:

- a) Participar da programação da assistência de enfermagem.
- b) Executar ações assistenciais de enfermagem, de acordo com sua formação.
- c) Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar.
- d) Participar da equipe de saúde.

10 ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES

O currículo do curso é organizado em quatro módulos distribuídos ao longo de dois anos. O primeiro módulo engloba aulas teóricas com práticas em laboratórios; e, do segundo ao quarto, além das aulas teóricas com práticas em laboratórios, os alunos realizam estágio curricular obrigatório supervisionado nas instituições de saúde da cidade.

As disciplinas da matriz curricular, exceto Libras, são obrigatórias, sendo que no primeiro módulo a disciplina de processo de cuidar I é pré-requisito para o início do estágio obrigatório curricular. A disciplina optativa é oferecida no quarto módulo - Libras-Língua Brasileira de Sinais, em atendimento à Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 e ao Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005.

Nas disciplinas, trabalha-se com a técnica de aula expositiva, na sua forma participativa e dialógica. Estimula-se a utilização, por parte do docente, de todas as demais técnicas pedagógicas. As disciplinas com aulas práticas são complementares, sendo uma articulação entre teoria e prática que será garantida ao longo de todo processo formativo, sendo registrada no Plano de Ensino. As aulas serão trabalhadas em laboratórios para simulação do conteúdo teórico apresentado, através de execução de rotinas e protocolos de cuidados, aproximando a prática da realidade.

As visitas técnicas são atividades complementares ao processo de ensino aprendizagem, agendadas para apresentar aos estudantes realidades diferentes das oferecidas em nosso município e principalmente para proporcionar uma atualização em produtos e técnicas do mercado atual.

Outras atividades norteiam as práticas pedagógicas, como elaboração e execução do planejamento, registro e análise das aulas realizadas, ministradas de forma interativa por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares, seminários temáticos, debates, atividades individuais e em grupo, realizadas ao longo dos períodos letivos, bimestralmente ou semestralmente, ações que contemplem o trabalho transdisciplinar com temas norteados pelos princípios das relações étnico-raciais, Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3); da inclusão; da ética; da cidadania; do empreendedorismo; da cultura

local; do respeito à diversidade e do desenvolvimento socioambiental .

Sobre a Educação Ambiental - Lei nº 9.795/99 - que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, serão trabalhados os temas nas disciplinas de Biossegurança em Saúde e Saúde coletiva. O tema é abordado juntamente com a legislação de resíduos sólidos e resíduos dos serviços de saúde, de forma a encontrar congruência na questão da formação de profissionais responsáveis com as questões de sustentabilidade.

Em consonância com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais, o IFSULDEMINAS – Campus Passos conta com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas – **NEABI**, cujos objetivos visam o estudo, desenvolvimento e acompanhamento da Educação das Relações Étnico-raciais e Políticas de Ação afirmativa no âmbito da instituição. O núcleo é composto por representantes do corpo docente e discente, membros técnicos administrativos e representantes da comunidade externa. As ações do núcleo são pautadas nas proposições do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e transcritas no OFÍCIO 27/2019 - PROEN/RET/IFSULDEMINAS. São elas:

- a) Colaborar com a Formação Inicial e Continuada de Professores e graduandos em educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004, e da Lei nº 11.645/08, quando couber.
- b) Elaborar Material Didático específico para uso em sala de aula, sobre Educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana que atenda ao disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004.
- c) Mobilizar recursos para a implementação da temática de modo a atender às necessidades de formação continuada de professores e produção de material didático das Secretarias municipais e estaduais de educação ou/e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias de educação que atendam à temática;
- d) Divulgar e disponibilizar estudos, pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação dos Sistemas de Educação;
- e) Manter permanente diálogo com os Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-racial, os Sistemas de Educação, Conselhos de Educação, sociedade civil e todos as instâncias e entidades que necessitem de ajuda especializada na temática;
- f) Atender e orientar as Secretarias de Educação quanto às abordagens na temática das relações étnico-raciais, auxiliando na construção de metodologias de pesquisa que contribuam para a implementação e monitoramento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/08.

10. 1 Metodologia Curricular

A missão deste curso é formar Técnicos em Enfermagem comprometidos, competentes, honestos e leais aos preceitos éticos e legais da profissão. Através do ensino ético e de qualidade, o Curso Técnico em Enfermagem pretende formar profissionais capazes de exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade.

Neste sentido, a metodologia de ensino requer do corpo docente o cuidado de evitar a utilização de procedimentos didáticos que façam da ação educativa uma mera rotina pedagógica. Na realidade, o método de ensino visa proporcionar ao educando uma forma significativa de construção e de assimilação crítica do conhecimento, representada nas instituições públicas de ensino, não sendo considerado como um simples instrumento de estruturação pedagógica.

As disciplinas ofertadas em todos os módulos favorecem o conhecimento técnico-científico e humanístico, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem promovendo a capacidade de ler, julgar, criticar, criar e fazer opções diante da realidade. Dessa forma, tais disciplinas procuram de uma maneira integrada e correlacionada desenvolver o espírito científico reflexivo e crítico, propiciando inclusive trabalhos de pesquisa e de iniciação à ciência aplicada na formação profissional.

Nesta perspectiva, as disciplinas do curso foram estruturadas de maneira a permitir a maior interação possível de seus conteúdos curriculares. A proposta metodológica, portanto, abordará um sistema de interdisciplinaridade, cumprindo, assim, os objetivos propostos pela LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde se procura promover com maior eficiência e eficácia o entendimento e o trânsito dos estudantes na compreensão dos conceitos e interação entre os mesmos dentro do curso. A interdisciplinaridade deve ocorrer tanto de forma horizontal quanto vertical entre as disciplinas de cada módulo, visando contemplar a estrutura curricular do curso.

A práxis pedagógica dos processos de ensino-aprendizagem também reconhece o discente como sujeito do processo educativo e, portanto, em relação dialógica com outros sujeitos, colegas de turma e professores, que se encontram para desvelar o mundo a partir de suas respectivas experiências, dos materiais didáticos e objetos de aprendizagem geradores da interação.

10.2 Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

A administração central do IFSULDEMINAS, através das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como os Departamentos Acadêmicos sediados no Campus Passos, incentivam e apoiam o desenvolvimento de projetos de pesquisa e atividades de extensão. Associado a essas atividades e, na medida do possível, os estudantes do curso se envolverão nas atividades de pesquisa e extensão, amparados pelo regimento dos Núcleos Institucionais de Pesquisa e Extensão - NIPE regulamentados pela Resolução nº 014/2014 de 26 de março de 2014, na busca da promoção de uma extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, conforme capítulo 4, artigo 43, inciso 7 da LDB 9.394/96.

Quanto às atividades de extensão, os estudantes deverão participar dos eventos, como ouvintes, apresentando trabalhos ou como monitores e integrantes das equipes organizadoras dos eventos. Além disso, os estudantes serão estimulados a participar de congressos ou eventos em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Convém ressaltar que os programas de monitoria das disciplinas de formação específica, assim como os projetos de extensão desempenham importante papel nas atividades de inserção dos alunos nas atividades pertinentes ao curso. As atividades de monitoria são regulamentadas segundo Resolução CONSUP nº 12, de 29 de Abril de 2013.

10.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação

1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo	4º Módulo
Biossegurança em Saúde	Farmacologia aplicada à Enfermagem	Saúde do Recém-Nascido, da Criança e do Adolescente	Enfermagem em Situações Cirúrgicas
Imunologia, Microbiologia e Parasitologia	Informática Básica aplicada à Saúde	Saúde da Mulher	Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas
Ciências Básicas aplicadas à Enfermagem	Processo de Cuidar II	Saúde do Adulto em Situações Clínicas	Enfermagem em Situações de Urgência e Emergência
Introdução à Enfermagem e à Ética	Saúde Coletiva I	Saúde Mental	Processo de Trabalho em Enfermagem
Registro de Enfermagem	Saúde do Idoso	Saúde Coletiva II	Estágio Supervisionado na Atenção Terciária em Saúde II
Processo de Cuidar I	Saúde do Trabalhador	Projeto Integrador II	LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais (optativa)
Cálculo e Administração de Medicamentos	Projeto Integrador I	Estágio Supervisionado na Atenção Primária em Saúde II	
	Estágio Supervisionado na Atenção Primária em Saúde I	Estágio Supervisionado na Atenção Secundária em Saúde II	
	Estágio Supervisionado na Atenção Secundária em Saúde I	Estágio Supervisionado na Atenção Secundária e Terciária em Saúde I	

Legenda:

- Disciplinas de formação geral
- Disciplinas de formação específica (enfermagem)
- Disciplinas práticas (estágios supervisionados obrigatórios)

10.4 Matriz Curricular

1º MÓDULO					
Disciplinas		Semanal		Semestral	
		Aulas	CH	Aulas	CH
1	Biossegurança em Saúde	2	1h40	40	33h20
2	Imunologia, Microbiologia e Parasitologia	2	1h40	40	33h20
3	Ciências Básicas Aplicadas à Enfermagem	2	1h40	40	33h20
4	Introdução à Enfermagem e à Ética	2	1h40	40	33h20
5	Registro de Enfermagem	2	1h40	40	33h 20
6	Processo de Cuidar I	6	5h	120	100h
7	Cálculo e Administração de Medicamentos	4	3h20	80	66h40
Total de horas		20	16h40	400	333h20

2º MÓDULO					
Disciplinas		Semanal		Semestral	
		Aulas	CH	Aulas	Hora/aula
1	Farmacologia aplicada à Enfermagem	2	1h40	40	33h20
2	Informática Básica aplicada à Saúde	2	1h40	40	33h20
3	Processo de Cuidar II	6	5h	120	100h
4	Saúde Coletiva I	4	3h20	80	66h40
5	Saúde do Idoso	2	1h40	40	33h20
6	Saúde do Trabalhador	2	1h40	40	33h20
7	Projeto Integrador I	2	1h40	40	33h20
Total de horas		20	16h40	400	333h20
Estágios Supervisionados					
8	Estágio Supervisionado na Atenção Secundária em Saúde I	---	---	120	100h
9	Estágio Supervisionado na Atenção Primária em Saúde I	---	---	60	50h
Total de horas		---	---	180	150h

3º MÓDULO					
Disciplinas		Semanal		Semestral	
		Aulas	CH	Aulas	CH
1	Saúde do Recém-Nascido, da Criança e do Adolescente	4	3h20	80	66h40
2	Saúde da Mulher	4	3h20	80	66h40
3	Saúde do Adulto em Situações Clínicas	4	3h20	80	66h40
4	Saúde Mental	4	3h20	80	66h40
5	Saúde Coletiva II	2	1h40	40	33h20
6	Projeto Integrador II	2	1h40	40	33h20
Total de horas		20	16h40	400	333h20
Estágios Supervisionados					
7	Estágio Supervisionado na Atenção Secundária em Saúde II	---	---	48	40h
8	Estágio Supervisionado na Atenção Terciária em Saúde I	---	---	72	60h
9	Estágio Supervisionado na Atenção Primária em Saúde II	---	---	60	50h
Total de horas		---	---	180	150h

4º MÓDULO					
		Semanal		Semestral	
		Aulas	CH	Aulas	CH
1	Enfermagem em Situações Cirúrgicas	4	3h20	80	66h40
2	Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas	4	3h20	80	66h40
3	Enfermagem em Situações de Urgência e Emergência	4	3h20	80	66h40
4	Processo de Trabalho em Enfermagem	4	3h20	80	66h40
Total de horas		16	13h20	320	266h40
Estágios Supervisionados					
8	Estágio Supervisionado na Atenção Terciária em Saúde II	---	---	120	100h
Total de horas		---	---	120	100h
Optativa					
1	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	2	1h40	40	33h20

10.5 Resumo da Matriz Curricular

RESUMO DA MATRIZ CURRICULAR	AULAS	HORAS
Total de Disciplinas Teóricas	1520	1266h40
Total de Estágios Supervisionados	480	400
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	2000	1666h40
Total de Disciplinas Teóricas/ Optativa	1560	1300
Total de Estágios Supervisionados	480	400
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO COM OPTATIVA	2040	1700

11 EMENTÁRIO

11.1 Disciplinas do Primeiro Módulo

BIOSSEGURANÇA	
1º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
<p>Conceitos, princípios e práticas de Biossegurança aplicados à saúde, com ênfase na prevenção de riscos biológicos, químicos, físicos, ergonômicos e psicossociais no ambiente de trabalho. Normas e legislações vigentes. Controle de infecção hospitalar. Isolamentos e precauções padrão. Equipamentos de Proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs). Procedimentos de higienização e desinfecção de materiais e ambientes. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Prevenção de acidentes de trabalho e condutas frente a exposições ocupacionais. Educação ambiental.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>HINRICHSEN, Sylvia Lemos. Biossegurança e controle de infecções: risco sanitário hospitalar. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. xxviii, 651 p.</p> <p>SILVA, José Vitor da; BARBOSA, Silene Ribeiro Miranda; DUARTE, Suélen Ribeiro Miranda Pontes (Org.). Biossegurança no contexto da saúde. São Paulo: Iátria, 2013. 168 p.</p> <p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Anvisa, 2012.</p> <p>_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma regulamentadora nº 32 (NR-32) — Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Brasília, DF, 2005. Atualizada pela Portaria MTb nº 4.219, de 20 de dezembro de 2022.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998. Estabelece diretrizes e normas para controle de Infecção Hospitalar. Diário Oficial da União, Brasília, 12 maio 1998.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Programa nacional de prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde (PNPCIRAS) 2021-2025. Brasília, DF, 2021.</p> <p>RIBEIRO, M. C. S. Enfermagem e trabalho: fundamentos para atenção à saúde dos trabalhadores. São Paulo: Martinari, 2008. 150 p.</p>	

IMUNOLOGIA, MICROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA	
1º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
<p>Estudo dos fundamentos da Microbiologia e da Parasitologia, contemplando os principais grupos de microrganismos de interesse em saúde: bactérias, fungos, vírus, protozoários e helmintos. Abordagem das características morfofisiológicas, ciclos biológicos, mecanismos de patogenicidade e potenciais benefícios desses organismos, bem como sua interação com o homem e o meio ambiente. Discussão sobre as principais parasitoses humanas, com ênfase em diagnóstico, epidemiologia, medidas de prevenção, profilaxia e tratamento. Introdução aos princípios da Imunologia, incluindo os mecanismos imunes naturais e adaptativos, as células e órgãos do sistema imune, além do estudo de抗ígenos, anticorpos, sistema complemento e respostas imunes humoral e celular.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>LEVINSON, W. Microbiologia médica e imunologia. 10. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2010. 663p. MALAGUTTI, W. Imunização, imunologia e vacinas. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. 481 p. NEVES, D. P.; FILIPPIS, T. Parasitologia básica. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010. 196 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>AMATO NETO, V.; BALDY, J. L. da S.; SILVA, L. J. da. Imunizações. 3.ed. São Paulo: Sarvier, 2003.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.</p> <p>CAMPOS, G. W. S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. 968 p.</p> <p>FIGUEIREDO, N. M. A.. Ensino a cuidar em saúde pública. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2012. 448 p.</p> <p>PHILLIPI, M.L.S. Enfermagem em doenças transmissíveis. 12. ed. rev. São Paulo: Senac, 2010. 287 p.</p>	

CIÊNCIAS BÁSICAS APLICADAS À ENFERMAGEM

1º MÓDULO	CH total: 33h20
-----------	------------------------

Ementa:

Introdução aos planos e eixos do corpo humano, e conceitos fundamentais de anatomia e fisiologia dos sistemas orgânicos (esquelético, muscular, nervoso, cardiovascular, respiratório, digestório, urinário, reprodutor, endócrino e tegumentar) e suas terminologias específicas, sempre com foco na aplicação prática e na relação com a prática de enfermagem.

Bibliografia Básica:

COSTANZO, L. S. **Fisiologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2012. xv, 358 p.

KAWAMOTO, E. E.; **Anatomia e fisiologia humana.** 3. ed. São Paulo: EPU, 2009. 189p.

CURI, R; ARAUJO FILHO, J. P. **Fisiologia básica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2009. xxi, 857 p.

Bibliografia Complementar:

AIRES, M. M. **Fisiologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. 1376 p.

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana básica.** 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 184 p.

WIDMAIER, E. P; RAFF, H; STRANG, K.T. **Vander, Sherman & Luciano, fisiologia humana:** os mecanismos das funções corporais. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2006. xxvii, 795 p.

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Anatomia orientada para clínica.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 1104 p.

RASO, V. **Pollock:** fisiologia clínica do exercício. Manole, 2013. 614 p.

SHERWOOD. L. **Fisiologia humana:** das células aos sistemas. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

INTRODUÇÃO À ENFERMAGEM E À ÉTICA

1º MÓDULO	CH total: 33h20
-----------	------------------------

Ementa:

Estudo da evolução histórica da Enfermagem e sua consolidação como profissão no Brasil e no mundo. Identidade, papel social e áreas de atuação do profissional de enfermagem. Estrutura organizacional da profissão: entidades representativas e órgãos de classe (ABEN, COFEN, COREN). Legislação, regulamentação do exercício profissional e responsabilidades legais do enfermeiro e da equipe de enfermagem. Fundamentos de ética, moral e bioética aplicados à prática da Enfermagem. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE): princípios, direitos, deveres e condutas éticas. Dilemas bioéticos contemporâneos: aborto, clonagem, reprodução assistida, transplantes, doação de órgãos, transfusão, processo de morrer e cuidados paliativos (ortotanásia, distanásia, eutanásia). Questões éticas e legais na pesquisa em saúde. Reflexão sobre ética, cidadania, direitos humanos, saúde e meio ambiente.

Bibliografia Básica:

GELAIN, I. **A ética, a bioética e os profissionais de enfermagem.** 4. ed. São Paulo: EPU, 2010. 113 p.

GEOVANINI, T. **História da enfermagem:** versões e interpretações. 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. xviii, 404 p.

OGUISSO, T. **O exercício da enfermagem:** uma abordagem ético-legal. 3. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xxvi, 344 p.

Bibliografia Complementar:

DANIEL, L. F. **Atitudes interpessoais em enfermagem.** 1. ed. São Paulo: Epu, 1983.

FREITAS, G. F.; OGUISSO, T. **Ética no contexto da prática de enfermagem.** 1. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2010.

MALAGUTTI, W. **Bioética e enfermagem:** controvérsias, Desafios e Conquistas. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2007.

MIRANDA, S.M.R.C. **Os caminhos da enfermagem de Florence à globalização.** 1. ed. São Paulo: Phorte, 2010.

PORTO, F.; AMORIM, W. **História da enfermagem:** identidade, profissionalização e símbolos. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2013. xxvi, 500 p.

REGISTRO DE ENFERMAGEM	
1º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
<p>Estudo dos princípios, fundamentos e técnicas aplicadas aos registros de enfermagem, enfatizando sua importância como instrumento de comunicação, documentação e continuidade da assistência. Aborda a elaboração de anotações e relatórios de forma precisa, objetiva, ética e legalmente adequada, garantindo a qualidade e a segurança do cuidado prestado ao cliente. Discute diferentes modalidades e sistemas de registro, bem como sua relevância na gestão do cuidado e na prática profissional da enfermagem.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO. Anotações de enfermagem. São Paulo: Coren-SP, 2022.</p>	
<p>POTTER, P. A. et al. Fundamentos de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. 1360 p.</p>	
<p>VIEIRA, D. L. Anotações de enfermagem. 1. ed. São Paulo: Yendis Editora S/A, 2009. 160 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>CIANCIARULLO, T. I. et al. Sistema de assistência de enfermagem (SAE): evolução e tendências. 5. ed. São Paulo: Ícone, 2012. 320 p.</p>	
<p>CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. Processo de enfermagem: guia para a prática / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. 2. ed., São Paulo: COREN-SP, 2021.</p>	
<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Carta dos direitos dos usuários da Saúde. 2011.</p>	
<p>NETTINA, S. M. Prática de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.</p>	
<p>PORTO, C.C. Semiologia médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. xxxi, 1308 p.</p>	

PROCESSO DE CUIDAR I	
1º MÓDULO	CH total: 100h
Ementa:	
Profissão de enfermagem e raciocínio crítico. Comunicação em enfermagem. Relacionamento interpessoal. Admissão e alta do cliente nos serviços de saúde. Higienização das mãos. Sinais vitais. Histórico de enfermagem e coleta de dados. Limpeza de unidade. Arrumação de cama. Higiene oral, corporal e íntima. Conforto e segurança. Mobilidade, posicionamento e transporte.	
Bibliografia Básica:	
POTTER, P. A; PERRY, A. G; STOCKERT, P.; HALL, A. Fundamentos de enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 1391 p.	
SANCHO AVELLO, I. M.; FERRÉ GRAU, C. Enfermagem: fundamentos do processo de cuidar. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2003. 551 p.	
SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.	
Bibliografia Complementar:	
DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 184 p.	
GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. xxi, 1121 p.	
MENEGÓCIO, A. M.; PIVELLO, L. G. P.; QUEIROZ, P. H. B. Descomplicando o exame físico de enfermagem. Autografia, Rio de Janeiro.2020. 259 p.	
POSSO, M. B. S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2010. 181 p.	
TAYLOR, C.; LILLIS, C.; LEMONE, P. LYNN, P. Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 1769 p.	

CÁLCULO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
1º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>Noções Básicas de Matemática Aplicada à Enfermagem: operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão), frações, decimais e porcentagens, regra de três simples e composta, conversão de unidades de medida no sistema métrico, leitura e interpretação de prescrições médicas.</p> <p>Cálculo de Medicamentos: fórmulas básicas para cálculo de doses, volumes, concentrações e diluições, gotejamento e tempo de infusão (macro e microgotas), cálculo de medicamentos em unidades internacionais (UI), leitura e interpretação de prescrições médicas.</p> <p>Administração de Medicamentos pelas Vias Parenterais: princípios e cuidados na administração intramuscular (IM), subcutânea (SC), intradérmica (ID) e intravenosa (IV), prevenção de erros e segurança do paciente, simulação prática de preparo e administração de medicamentos.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>CAREY, L. Administração de medicamentos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002. 446 p. (Enfermagem prática).</p> <p>CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO (COREN-SP).</p> <p>Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos. – São Paulo: COREN-SP, 2011.</p> <p>POTTER, P. A. et al. Fundamentos de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. 1360 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>ANTAR NETO, Aref. Matemática básica. 3. ed. São Paulo: Atual, 1992. 457 p.</p> <p>GIOVANI, A. M. M. Enfermagem. Cálculo e Administração de Medicamentos. 14. ed. São Paulo: Rideel, 2016. 495 p.</p> <p>MOTTA, A. L. C. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. 4. ed. São Paulo: Iátria, 2003. 204 p.</p> <p>POSSO, M. B. S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2010. 181 p.</p> <p>ZEGARELLI, Mark. Matemática básica & pré-álgebra para leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011. 367 p</p>	

11.2 Disciplinas do Segundo Módulo

FARMACOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM	
2º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
<p>Introdução aos conceitos e princípios gerais de farmacologia; estudo das vias de administração dos medicamentos; distinção das formas farmacêuticas quanto à Biodisponibilidade, farmacocinética e farmacodinâmica. Noções sobre mecanismos de ação dos principais grupos de fármacos (farmacologia do sistema nervoso autônomo: agonistas e antagonistas colinérgicos e agonistas e antagonistas adrenérgicos; farmacologia do sistema digestório, farmacologia do sistema cardiovascular; farmacologia do sistema respiratório e farmacologia da dor e inflamação), enfocando principalmente tanto os aspectos clínicos quanto os efeitos desejáveis e indesejáveis do uso destes fármacos.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>CLAYTON, B. D; STOCK, Y. N; COOPER, S. E. Farmacologia na prática de enfermagem. 15. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. xiv, 893 p.</p> <p>SILVA, P. Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xxii, 1325 p.</p> <p>RANG, H. P et al. Rang & Dale: farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. xxv, 778 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>CARLOS, K. T. G. Guia farmacológico enfermagem clínica. ESAI I. 2023.</p> <p>HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN. Boas práticas recomendadas para o cuidado seguro na administração de medicamentos. [S.l.]: Hospital Israelita Albert Einstein, 2014.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE SUPLEMENTAR (INTS). Segurança na prescrição, dispensação, uso e administração de medicamentos. [S.l.]: INTS, 2022</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília, 2001.</p> <p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.</p>	

INFORMÁTICA BÁSICA APLICADA À SAÚDE	
2º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
<p>Conhecimento e utilização das funções básicas do sistema operacional. Ambiente virtual de aprendizagem e educação a distância. Envio e recebimento de mensagens eletrônicas (e-mails). Elaboração e formatação de textos. Normas ABNT. Desenvolvimento de apresentações eletrônicas. Utilização de Internet para realização de pesquisas em geral. Sistemas de informação em saúde: dados, informações e conhecimentos; Principais Bases de dados e Portais do Sistema Único de Saúde; Fontes eletrônicas de pesquisa bibliográfica e científica. Telemedicina e telessaúde. Prontuário eletrônico do paciente.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>HANNAH, K. J.; BALL, M. J.; EDWARDS, M. J. A. Introdução à informática em enfermagem. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. xii, 388 p.</p> <p>TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. SAE: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2010. 298 p.</p> <p>POTTER, P. A. et al. Fundamentos de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. 1360 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia e-Saúde para o Brasil. Brasília. 2014.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Manual de telessaúde para atenção básica. Brasília. 2012.</p> <p>LAHM, J. V.; CARVALHO, D. R. Prontuário eletrônico do paciente: avaliação de usabilidade pela equipe de enfermagem. Cogitare Enferm, v. 20, n. 1, p. 38-44, 2015.</p> <p>MARIN, H. F.; CUNHA, I. C. K. O. Perspectivas atuais da informática em enfermagem. Rev. bras. enferm. [online]. 2006, v.59, n.3, p. 354-357</p> <p>PRADO, C. et al. Ambiente virtual de aprendizagem no ensino de enfermagem: relato de experiência. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 65, n. 5, p. 862-866, out, 2012.</p>	

PROCESSO DE CUIDAR II	
1º MÓDULO	CH total: 100h
Ementa:	
<p>Aplicações térmicas. Integridade cutânea. Técnicas de curativo. Oxigenação. Técnica de aspiração de vias aéreas. Segurança alimentar. Estudo dos princípios da dietoterapia e sua aplicação na prática de enfermagem; análise e classificação dos diferentes tipos de dietas. Nutrição enteral e parenteral. Técnica de sondagem nasogástrica. Eliminação urinária. Manuseio das sondagens vesicais e coleta de exames. Eliminação intestinal. Técnica de lavagem intestinal. Preparo do corpo. Introdução ao processo de enfermagem.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>NETTINA, S. M. Prática de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.</p> <p>POTTER, P. A.; PERRY, A. G. ELKIN, M. K. Procedimentos e intervenções de enfermagem. Trad. SPADA, S.M. et al. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.1391 p.</p> <p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. Cuidado à pessoa com lesão cutânea: manual de orientações quanto à competência técnico-científica, ética e legal dos profissionais de enfermagem. 2. ed. Belo Horizonte: Coren-MG, 2020.</p> <p>MATSUBA, C. S. T. et al. Diretriz BRASPEN de enfermagem em terapia nutricional oral, enteral e parenteral. BRASPEN Journal, São Paulo, v. 36, supl. 3, p. 2-62, 2021.</p> <p>POSSO, M. B. S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2010. 181 p.</p> <p>SANTINI, A. M. et al., Guia prático de procedimentos de enfermagem. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Laboratório de Enfermagem (LabEnf), 2022. e-book publicado 21 out. 2022.</p> <p>SOUSA, M. S. C; GALEÃO, T. Feridas e curativos: guia prático de condutas. 3. ed. Salvador: Sanar, 2023.</p>	

SAÚDE COLETIVA I	
2º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>História da saúde no mundo e suas repercussões no Brasil. Políticas de Saúde no Brasil e criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Leis Orgânicas da Saúde: Leis 8080/90 e 8142/90. Estratégia Saúde da Família (ESF). Núcleo de Atenção à Saúde da Família. Linhas de Cuidados na Atenção Primária em Saúde. Doenças preveníveis mediante vacinação. Programa Nacional de Imunização: protocolos, diretrizes, normas técnicas para aplicação das diversas vacinas e imunobiológicos especiais. Técnica de imunização/vacinação e aplicação de imunobiológicos especiais. Técnica de transporte, armazenamento e conservação de vacinas: controle da Rede de Frios.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>AGUIAR, Z. N.; RIBEIRO, M. C. S. Vigilância e controle de doenças transmissíveis. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2006. 443 p.</p> <p>CAMPOS, G. W. S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. 968 p.</p> <p>MONTEIRO, Y. N. História da saúde: olhares e veredas. São Paulo: Instituto de saúde, 2010. xv, 319 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 208p.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Rede de Frio/ elaboração de Cristina Maria Vieira da Rocha et al. - 3. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 80p.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de normas de vacinação.3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 72p.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de procedimentos para vacinação/elaboração de Clelia Maria Sarmento de Souza Arandaet al. 4. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2001. 316 p.</p> <p>FIGUEIREDO, N. M. A. SUS e PSF para a enfermagem: práticas para o cuidado em saúde coletiva. 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis, c2011. xxii, 312 p.</p>	

SAÚDE DO IDOSO	
2º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
<p>Assistência de enfermagem integral e sistematizada aos idosos, considerando as situações de diversidade da prática profissional nos serviços de saúde da rede básica, hospitalar e de internação de longa permanência. Conceitos básicos de gerontologia. Processo de envelhecimento e qualidade de vida na velhice. Políticas e programas de saúde do idoso. Estatuto do idoso. Saúde da família nos cuidados com o idoso. Estudo das demências e outras patologias comuns do envelhecimento humano. Atendimento às necessidades básicas relacionadas à saúde do idoso. Prevenção das principais doenças e promoção da saúde. Cuidado humanizado ao idoso. Avaliação funcional e detecção de maus-tratos ao idoso. Cartão de Vacinação do idoso.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>ELIOPOULOS, C. Enfermagem gerontológica. Trad. Regina Machado Garcez. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 568 p.</p> <p>LUECKENOTTE, A. Avaliação em gerontologia. Rio de Janeiro: Reichmann& Affonso. 3. ed., 2002. 385 p.</p> <p>ROACH, S.S. Introdução à enfermagem gerontológica. Trad. Ivone Evangelista Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. xix. 351 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>DUARTE, Y.A.O.; DIOGO, M.J.D. Atendimento Domiciliar: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>LITVOC, J.; BRITO, F. C. de. Envelhecimento: prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004. xii, 226 p</p> <p>MENDES, T. A. B.; WAKSMAN, R. D.; FARAH, O. G. D. Geriatria e Gerontologia. São Paulo: Manole, 2014. 862 p. (Manuais de Especialização Einstein).</p> <p>POSSO, M.B.S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2010. 181 p.</p> <p>POTTER, P.A.; PERRY, A.G. Fundamentos de enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2013. xxvii, 1391 p.</p>	

SAÚDE DO TRABALHADOR	
2º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
<p>Estudo da relação entre saúde e trabalho, incluindo legislação, riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais), doenças ocupacionais, e a promoção da saúde, prevenção de acidentes e reabilitação dos trabalhadores. Abrange também a implementação de ações de higiene e segurança, o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a atuação do profissional técnico de enfermagem.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.</p> <p>GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. Saúde mental no trabalho: da teoria à prática. 1. ed. São Paulo: Roca, 2010. 444 p.</p> <p>MACHADO, A. L; COLVERO, L. A. Saúde mental: texto de referência para auxiliares e técnicos de enfermagem. São Caetano do Sul: Difusão Cultural do Livro, 2009. 117 p. (Especialidades).</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Cartilha do trabalhador de enfermagem: saúde, segurança e boas condições e saúde. Rio de Janeiro, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas no trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, 2001.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador(RENAST). Manual de gestão e gerenciamento. 1. ed. São Paulo, 2006.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 1 recurso on-line (580 p.) (Serie A : normas e manuais tecnicos; n.114).</p> <p>GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 539 p.</p>	

PROJETO INTEGRADOR I	
2º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
Aplicação integrada dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos ao longo dos semestres anteriores do curso. Trabalho em equipe, interdisciplinaridade, resolução de problemas reais e aproximação com a comunidade ou instituições de saúde.	
Bibliografia Básica:	
CAMPOS, G. W. S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. 968 p.	
POTTER, P. A. et al. Fundamentos de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. 1360 p.	
SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.	
Bibliografia Complementar:	
BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 1 recurso on-line (580 p.) (Serie A : normas e manuais tecnicos; n.114).	
CAREY, L. Administração de medicamentos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002. 446 p. (Enfermagem prática).	
CORINGA, J. E. S. Biossegurança. Curitiba: Livro Técnico, 2010. 120 p.	
GELAIN, I. A ética, a bioética e os profissionais de enfermagem. 4. ed. ampl. e atual. São Paulo: EPU, 2010. 113 p.	
NETTINA, S. M. Prática de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.	

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA I

2º MÓDULO	CH total: 50h
-----------	----------------------

Ementa:

Desenvolvimento de atividades práticas de estágio supervisionado em serviços de saúde de Atenção Primária, públicos e privados, visando à integração entre teoria e prática. O estágio possibilita ao discente a vivência do processo de trabalho em saúde, o contato direto com a comunidade e o fortalecimento das competências técnicas, éticas e humanísticas necessárias ao exercício profissional. Enfatiza a promoção da saúde, a prevenção de agravos e a integralidade do cuidado no contexto da Estratégia Saúde da Família e demais dispositivos da rede de Atenção Primária em Saúde.

Bibliografia Básica:

- FIGUEIREDO, N. M. A. **SUS e PSF para a enfermagem:** práticas para o cuidado em saúde coletiva. 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis, c2011. xxii, 312 p.
- NETTINA, S. M. **Prática de enfermagem.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.
- OHARA, E. C. C.; SAITO, R. X. S. (Org.). **Saúde da família:** considerações teóricas e aplicabilidade. 3. ed. São Paulo: Martinari, 2014. 535 p.

Bibliografia Complementar:

- AGUIAR, Z. N.; RIBEIRO, M. C. S. **Vigilância e controle das doenças transmissíveis.** 3. ed. São Paulo: Martinari, 2009. 443 p.
- CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. 968 p.
- FIGUEIREDO, N. M. A.. **Ensinando a cuidar em saúde pública.** 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2012. 448 p.
- GARCIA, T. R.; EGRY, E. Y. **Integralidade da atenção no SUS e sistematização da assistência de enfermagem.** 1. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2010. 336 p.
- MONTEIRO, Y. N. **História da saúde:** olhares e veredas. São Paulo: Instituto de saúde, 2010. xv, 319 p.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ATENÇÃO SECUNDÁRIA I

2º MÓDULO	CH total: 100h
-----------	-----------------------

Ementa:

Atividades práticas de estágio realizadas nos serviços de média complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), como unidades ambulatoriais especializadas, centros de atenção psicossocial, policlínicas e hospitais gerais, com o objetivo de integrar a teoria e a prática, de forma a possibilitar aos discentes a capacitação para o exercício profissional.

Bibliografia Básica:

NETTINA, S. M. **Prática de enfermagem.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.

POTTER, P. A. et al. **Fundamentos de enfermagem.** 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. 1360 p.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. **Brunner e Suddarth:** tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.

Bibliografia Complementar:

CAREY, L. **Administração de medicamentos.** Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002. 446 p. (Enfermagem prática).

ELIOPOULOS, C. **Enfermagem gerontológica.** Trad. Regina Machado Garcez. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MOTTA, A. L. C. **Normas, rotinas e técnicas de enfermagem.** 4. ed. São Paulo: Iátria, 2003

POSSO, M. B. S. **Semiologia e semiotécnica de enfermagem.** São Paulo: Atheneu, 2010. 181 p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO - SOBECC. **Práticas recomendadas SOBECC.** 8. ed. São Paulo: SOBECC, 2021.

11.3 Disciplinas do Terceiro Módulo

SAÚDE DO RECÉM-NASCIDO, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
3º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>Anatomia e fisiologia do recém-nascido (RN). Assistência de enfermagem ao RN na sala de parto e alojamento conjunto. Minuto de ouro. Teste do olhinho, coraçãozinho, da orelhinha, da linguinha, teste do pezinho. Principais agravos à saúde do recém-nascido nos primeiros dias de vida. Bilirrubinemia. Fototerapia. Prematuros. Unidade Intensiva de Neonatologia. Manejo da amamentação. Cuidado ao recém-nascido de risco e à sua família em processo de alta. Estudo das políticas de atenção à saúde da criança e do adolescente. Assistência de enfermagem humanizada e sistematizada nas diferentes etapas do crescimento e desenvolvimento da criança à adolescência. Estudo morfofisiológico da criança e do adolescente. Principais doenças da infância. Abordagem biopsicossocial da hospitalização infantil e os principais procedimentos de enfermagem; Enfoque na caderneta do adolescente. Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis; contracepção para os adolescentes; Abordagem e enfrentamento da violência doméstica contra a criança/adolescente.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>FUJIMORI, E.; OHARA, C. V. S. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole, 2009. xviii, 548 p. (Série enfermagem).</p> <p>MARCONDES, E. et al. Pediatria básica: tomo I : pediatria geral e neonatal. 9. ed., reimp. São Paulo: Sarvier, 2003. 843 p.</p> <p>MARTINS, M. A. Semiologia da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Medbook, c2010. xxviii, 579 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume 2. 6. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Tratado de Pediatria. 6. ed. Barueri: Manole, 2025.</p> <p>HOCKENBERRY, M. J.; RODGERS, C. C.; WILSON, D. Wong: fundamentos de enfermagem pediátrica. 11. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN / Guanabara Koogan, 2023. 1224 p.</p>	

SAÚDE DA MULHER	
3º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>Estudo dos princípios, fundamentos e práticas de enfermagem voltados para a atenção integral à saúde da mulher nos diferentes ciclos vitais: infância, adolescência, idade adulta, climatério e velhice. Compreensão dos determinantes sociais, culturais e biológicos da saúde da mulher. Abordagem dos cuidados de enfermagem na atenção primária, secundária e terciária, contemplando promoção da saúde, prevenção de agravos, assistência e reabilitação. Ênfase em saúde sexual e reprodutiva, pré-natal, parto, puerpério, planejamento familiar, prevenção e rastreamento de câncer ginecológico e de mama, climatério, saúde mental, violência de gênero, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e doenças crônicas prevalentes. Desenvolvimento de habilidades técnicas, éticas e humanizadas para o cuidado de enfermagem à mulher em diferentes contextos assistenciais, com integração à Rede de Atenção à Saúde.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>FERNANDES, R. A. Q; NARCHI, N. Z. Enfermagem e saúde da mulher. 2. ed. Barueri (SP): Manole, c2007. 325 p.</p> <p>RICCI, S. S. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. 4 . ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 982 p.</p> <p>ZIEGEL, E.; CRANLEY. M. S. Enfermagem obstétrica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1986. x, 696 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.</p> <p>CARVALHO, G. M. Enfermagem em ginecologia. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: EPU, 2011. 235 p.</p> <p>ENKIN, M. et al. Guia para atenção efetiva na gravidez e no parto. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>MELSON, K. A. et al. Enfermagem materno-infantil: planos de cuidados. 3. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, c2002. 375 p. (Enfermagem prática).</p> <p>REGO, J. D. Aleitamento materno: um guia para pais e familiares. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. xx, 486 p.</p>	

SAÚDE DO ADULTO EM SITUAÇÕES CLÍNICAS	
3º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>Estudo dos cuidados de enfermagem ao adulto em situações clínicas, com foco nas afecções dos diferentes sistemas orgânicos. Planejamento e execução da assistência de enfermagem diante das principais doenças infecciosas, imunológicas, oncológicas, neurológicas, respiratórias, cardiovasculares, digestivas, endócrinas, hematológicas, urinárias, reprodutoras, músculo-esqueléticas, tegumentares e sensoriais. Ênfase na sistematização da assistência de enfermagem (SAE), nas ações de promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos. Valorização da segurança do paciente, do trabalho em equipe multiprofissional e da humanização do cuidado.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>BARROS, A. L. B. L. et al. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. xiv, 471 p.</p> <p>LOPES, A. C. Clínica médica diagnóstico e tratamento. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013. 6912 p. v. 1 a 6.</p> <p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>ALFARO-LEFEVRE, R. Aplicação do processo de enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, c2010. xxi, 303 p.</p> <p>OLIVEIRA, A. R. D. de; PEYNEAU, D. P. L. Clínica médica. Rio de Janeiro: Biologia e Saúde, 2004. 128 p. (Saber viver).</p> <p>PORTO, C.C. Semiologia médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. xxxi, 1308 p.</p> <p>ROMANO, R. T. Enfermagem clínica: assistência humanizada e cuidados integrais à saúde do adulto e do idoso. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2011. 115 p.</p> <p>STEFANI, S. D.; BARROS, E. Clínica médica: consulta rápida. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 1091p.</p>	

SAÚDE MENTAL	
3º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>Evolução histórica da assistência à Saúde Mental e da Psiquiatria. Políticas de Saúde relativas à saúde mental. Estruturação dos diversos níveis de atenção à saúde mental. Categorias de transtornos mentais e de comportamento. Sinais, sintomas e formas de tratamento dos principais transtornos mentais: Transtornos Mentais Orgânicos (Demências), Transtornos Mentais devido ao uso de substâncias psicoativas, Esquizofrenia, Transtornos de humor (afetivos), transtornos neuróticos e relacionados ao estresse (de ansiedade), transtornos de alimentação, transtornos de personalidade e do comportamento do adulto, retardo mental, transtornos do comportamento e emocionais da infância e adolescência, dentre outros. Procedimentos e cuidados de Enfermagem nos diversos níveis de assistência em Saúde Mental. Influência das substâncias químicas na fisiologia cerebral. Noções de Psicofarmacologia.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. Porto Alegre: Artmed, 2007. xvi, 1466 p.</p> <p>STEFANELLI, M. C.; FUKUDA, I. M. K.; ARANTES, E. C. Enfermagem psiquiátrica: em suas dimensões assistenciais. 1. ed. Barueri (SP): Manole, c2008. xxxv, 668 p.</p> <p>TOWNSEND, M. C. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. xxiv, 835 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>GLINA, D. M. R. Saúde mental no trabalho: da teoria à prática. Roca, 2010. 444 p.</p> <p>LAURIDSEN-RIBEIRO, E.; TANAKA, O. Y. Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS. Hucitec, 2010. 426 p.</p> <p>MACHADO, A. L. Saúde mental: para auxiliares e técnicos de enfermagem. 1. ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão editora, 2009. 249 p.</p> <p>ROCHA, R. M. Enfermagem em saúde mental. 2. ed. São Paulo: Senac, c2005. 187 p.</p> <p>SPRINGHOUSE CORPORATION. Enfermagem psiquiátrica: série incrivelmente fácil. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. xxiv, 835 p.</p>	

SAÚDE COLETIVA II	
3º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
<p>Vigilância Epidemiológica. Doenças e Agravos de Notificação Compulsória. Indicadores de saúde. Níveis de prevenção de epidemias, pandemias, doenças infecciosas de interesse da saúde coletiva. Saúde Ambiental. Programa de Assistência domiciliar; legislação, conceitos e aplicabilidade na rede de atenção em saúde e em serviços privados. Assistência de enfermagem no domicílio a pacientes com patologias agudas, crônicas considerando as relações familiares e de trabalho multiprofissional; Assistência domiciliar em cuidados paliativos.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>AGUIAR, Z. N.; RIBEIRO, M. C. S. Vigilância e controle das doenças transmissíveis. 3. ed. São Paulo: Martinari, 2009. 443 p.</p> <p>CAMPOS, G. W. S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. 968 p.</p> <p>MONTEIRO, Y. N. História da saúde: olhares e veredas. São Paulo: Instituto de saúde, 2010. xv, 319 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de normas para o controle social no sistema único de saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 208 p.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Manual de Normas de Vacinação. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 72 p.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para vacinação. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 316 p.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Manual de rede de frio. 3. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 80 p.</p> <p>FIGUEIREDO, N. M. A. SUS e PSF para a enfermagem: práticas para o cuidado em saúde coletiva. 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis, c2011. xxii, 312 p.</p>	

PROJETO INTEGRADOR II	
3º MÓDULO	CH total: 33h20
Ementa:	
Aplicação integrada dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos ao longo dos semestres anteriores do curso. Trabalho em equipe, interdisciplinaridade, resolução de problemas reais e aproximação com a comunidade ou instituições de saúde.	
Bibliografia Básica:	
CAMPOS, G. W. S. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. 968 p.	
POTTER, P. A. et al. Fundamentos de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. 1360 p.	
SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.	
Bibliografia Complementar:	
ESTELA, D. M. A.; SOUZA, T. P. B. Cálculo e administração de medicamentos: legislação, técnica e exercícios para a segurança do paciente e do profissional. 2.d., São Paulo: Senac, 2021.	
FERNANDES, R. A. Q; NARUCHI, N. Z. Enfermagem e saúde da mulher. 2. ed. Barueri (SP): Manole, 2013.	
LOPES, A. C. Clínica médica diagnóstico e tratamento. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013. 6912 p. v. 1 a 6.	
MACHADO, A. L. Saúde mental: para auxiliares e técnicos de enfermagem.1. ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão editora, 2009.	
MARCONDES, E. Pediatria geral e neonatal. v. 1, Rio de Janeiro: Editora Sarvier, 2002.	

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA II

3º MÓDULO	CH total: 50h
-----------	----------------------

Ementa:

Desenvolvimento de atividades práticas de estágio supervisionado em serviços de saúde de Atenção Primária, públicos e privados, visando à integração entre teoria e prática. O estágio possibilita ao discente a vivência do processo de trabalho em saúde, o contato direto com a comunidade e o fortalecimento das competências técnicas, éticas e humanísticas necessárias ao exercício profissional. Enfatiza a promoção da saúde, a prevenção de agravos e a integralidade do cuidado no contexto da Estratégia Saúde da Família e demais dispositivos da rede de Atenção Primária em Saúde.

Bibliografia Básica:

- FIGUEIREDO, N. M. A. **SUS e PSF para a enfermagem:** práticas para o cuidado em saúde coletiva. 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis, c2011. xxii, 312 p.
- NETTINA, S. M. **Prática de enfermagem.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.
- OHARA, E. C. C.; SAITO, R. X. S. **Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade.** 3. ed. São Paulo: Martinari, 2014. 535 p.

Bibliografia Complementar:

- AGUIAR, Z. N.; RIBEIRO, M. C. S. **Vigilância e controle das doenças transmissíveis.** 3. ed. São Paulo: Martinari, 2009. 443 p.
- CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2013. 968 p.
- FIGUEIREDO, N. M. A.. **Ensinando a cuidar em saúde pública.** 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2012. 448 p.
- GARCIA, T. R.; EGRY, E. Y. **Integralidade da atenção no SUS e sistematização da assistência de enfermagem.** 1. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2010. 336 p.
- MONTEIRO, Y. N. **História da saúde: olhares e veredas.** São Paulo: Instituto de saúde, 2010. xv, 319 p.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ATENÇÃO SECUNDÁRIA II	
3º MÓDULO	CH total: 40h
Ementa:	
Atividades práticas de estágio realizadas nos serviços de média complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), como unidades ambulatoriais especializadas, centros de atenção psicossocial, policlínicas e hospitais gerais, com o objetivo de integrar a teoria e a prática, de forma a possibilitar aos discentes a capacitação para o exercício profissional.	
Bibliografia Básica:	
NETTINA, S. M. Prática de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.	
POTTER, P. A. et al. Fundamentos de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. 1360 p.	
SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.	
Bibliografia Complementar:	
ESTELA, D. M. A.; SOUZA, T. P. B. Cálculo e administração de medicamentos: legislação, técnica e exercícios para a segurança do paciente e do profissional. 2.d., São Paulo: Senac, 2021.	
LOPES, A. C. Clínica médica diagnóstico e tratamento. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013. 6912 p. v. 1 a 6.	
MOTTA, A. L. C. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. 4. ed. São Paulo: Iátria, 2003	
PORTO, C. C. Semiologia médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. xxxi, 1308 p.	
ROMANO, R. T. Enfermagem clínica: assistência humanizada e cuidados integrais à saúde do adulto e do idoso. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2011. 115 p.	

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ATENÇÃO TERCIÁRIA I

3º MÓDULO	CH total: 60h
-----------	----------------------

Ementa:

Vivência prática supervisionada em serviços de saúde de alta complexidade, com foco na atenção hospitalar e nos diferentes níveis de cuidado intensivo, especializado e de apoio diagnóstico e terapêutico. O estágio proporciona ao discente a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em situações reais, desenvolvendo competências técnicas, éticas e humanísticas para a assistência integral ao paciente em condições clínicas e cirúrgicas. Inclui a realização de procedimentos de enfermagem, participação no planejamento e execução do cuidado, utilização de tecnologias em saúde e integração à equipe multiprofissional, considerando a segurança do paciente, a humanização e a integralidade da atenção no âmbito hospitalar.

Bibliografia Básica:

NETTINA, S. M. **Prática de enfermagem.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.

POTTER, P. A. et al. **Fundamentos de enfermagem.** 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. 1360 p.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. **Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, R.; BIANCHI, E. R. F.; CIANCIARULLO, T. I. **Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação.** 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2019. 405 p. (Série Enfermagem).

LOPES, A. C. **Clínica médica diagnóstico e tratamento.** 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013. 6912 p. v. 1 a 6.

MOTTA, A. L. C. **Normas, rotinas e técnicas de enfermagem.** 4. ed. São Paulo: Iátria, 2003.

PORTO, C.C. **Semiologia médica.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. xxxi, 1308 p.

ROMANO, R. T. **Enfermagem clínica: assistência humanizada e cuidados integrais à saúde do adulto e do idoso.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2011. 115 p.

11.4 Disciplinas do Quarto Módulo

ENFERMAGEM EM SITUAÇÕES CIRÚRGICAS	
4º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>Infecção hospitalar. Centro de material e esterilização (organização, área física, recursos humanos e materiais, classificação dos artigos, processo de limpeza de materiais, desinfecção, processos de esterilização física, química e físico-química, validação dos processos de esterilização, preparo e empacotamento de produtos). Centro cirúrgico (controle das infecções dos sítios cirúrgicos, classificação das cirurgias, terminologias cirúrgicas, escovação das mãos, paramentação cirúrgica, montagem, circulação e desmontagem das salas de cirurgia, posicionamento do paciente, sistematização da assistência de enfermagem no período perioperatório). Sala de recuperação pós-anestésica (área física, recursos humanos e materiais, admissão do paciente, complicações mais frequentes, feridas cirúrgicas, drenos e estomias, alta e transferência).</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>CARVALHO, R.; BIANCHI, E. R. F.; CIANCIARULLO, T. I. Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2019. 405 p. (Série Enfermagem).</p> <p>POSSARI, J. F. Centro cirúrgico: planejamento, organização e gestão. 5 ed. São Paulo: Iátria, 2011. 288 p.</p> <p>SANTOS, N. C. M. Centro cirúrgico e os cuidados de enfermagem. 6. ed. São Paulo: Iátria, 2012. 184 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>FIGUEIREDO, N. M. A.; LEITE, J. L.; MACHADO, W. C. A. Centro cirúrgico: atuação, intervenção e cuidados de enfermagem. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2009. 224 p.</p> <p>MALAGUTTI, W.; BONFIM, I. M. Enfermagem em centro cirúrgico: atualidades e perspectivas no ambiente cirúrgico. 3. ed. São Paulo: Martinari, 2013. 333 p.</p> <p>MEEKER, M. H.; ROTHROCK, J. C. Alexander: Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 1249 p.</p> <p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.</p> <p>SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO - SOBECC. Práticas recomendadas SOBECC. 8. ed. São Paulo: SOBECC, 2021.</p>	

ENFERMAGEM EM UTI E UNIDADES ESPECIALIZADAS	
4º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>Conceitos e definições em terapia intensiva. Humanização. Processo de morte. Cuidados Paliativos. Eventos adversos na terapia intensiva. Abordagem das vias aéreas. Monitorização hemodinâmica invasiva e não invasiva. Drogas vasoativas. Acessos vasculares. Pós-operatório de cirurgias cardíacas e transplantes. Desfibrilação e cardioversão. Balanço hídrico. Cuidados para manutenção da integridade da pele. Aspectos nutricionais e hemoterápicos. Insuficiência Renal e diálise. Sedação e analgesia. Infecções hospitalares. Morte encefálica e doação de órgãos. Sistematização da Assistência de Enfermagem.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>KNOBEL, E.; LASELVA, C.; MOURA JÚNIOR, D. F. Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2010. 636 p. (Terapia Intensiva).</p> <p>SILVA, R. S; AMARAL, J. B.; MALAGUTTI, W. Enfermagem em cuidados paliativos: cuidando para uma boa morte. 1. ed. São Paulo: Martinari, 2013. 427 p.</p> <p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>CHULAY, M.; BURNS, S. M. Fundamentos de enfermagem em cuidados críticos da AACN. 2. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2012. 590 p.</p> <p>LOPES, A. C. Clínica médica diagnóstico e tratamento. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013. 6912 p. v. 1 a 6.</p> <p>MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K.; HUDDAK, C. M.; GALLO, B. M. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 1464 p.</p> <p>PADILHA, K. G.; VATTIMO, M. F. F.; SILVA, S. C.; KIMURA, M. Enfermagem em UTI: cuidando do paciente crítico. 2 ed. São Paulo: Manole, 2010. 520 p.</p> <p>VIANA, R. A. P. P. Enfermagem em terapia intensiva: práticas baseadas em evidências. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2012. 560 p.</p>	

ENFERMAGEM EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

4º MÓDULO	CH total: 66h40
-----------	------------------------

Ementa:

Conceitos e definições em urgência e emergência. Ética e humanização. Acolhimento e classificação de risco. Atendimento pré-hospitalar ao politraumatizado. Traumas crânio encefálico, raquimedular, torácico, abdominal, extremidades e em situações especiais. Queimaduras e afogamentos. Atendimento a múltiplas vítimas. Principais emergências clínicas (cardiovasculares, respiratórias, neurológicas, renais, metabólicas, hematológicas, gastrointestinais e hepáticas), Intoxicações exógenas e acidentes com animais peçonhentos. Sistematização da Assistência de Enfermagem.

Bibliografia Básica:

FALCÃO, L.F.R.; COSTA, L.H.D.; AMARAL, J.L.G. **Emergências: fundamentos & práticas.** 1. ed. São Paulo: Martinari, 2010. 1139p.

MENDES, P. V. et al. **Emergências em Clínica Médica.** 1 ed. Editora Atheneu: 2018. 1020 p.

SANTOS, N. C. M. **Urgência e emergência para a enfermagem:** do atendimento pré-hospitalar à sala de emergência. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Iátria, 2012. 224 p.

Bibliografia Complementar:

BRUNO, P. **Enfermagem em pronto-socorro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014. 133 p.

FONTINELE JÚNIOR, K. **Urgências e emergências em enfermagem.** Goiânia: AB Editora Cultura e Qualidade, 2004. 148 p.

FORTES, J. I. **Enfermagem em emergências:** noções básicas de atendimento pré-hospitalar. 2. ed. São Paulo: EPU, 2008. 86 p.

SANTOS, A. E. **Procedimentos especializados.** São Paulo: Atheneu, 2009. 175 p.

VOLPATO, A . C. B. **Enfermagem em emergência.** 1. ed. São Paulo: Martinari, 2010. 403 p.

PROCESSO DE TRABALHO EM ENFERMAGEM	
4º MÓDULO	CH total: 66h40
Ementa:	
<p>O papel do profissional técnico de enfermagem nos processos de gestão e trabalho em enfermagem, com noções básicas das ferramentas e teorias administrativas para gerenciar serviços de enfermagem, abordando as legislações, comunicação e os principais conceitos de planeamento, organização, direção, controle, gestão de recursos humanos e o uso de instrumentos gerenciais para otimizar a prestação de cuidado.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.</p> <p>STEFANELLI, M. C; CARVALHO, E. C. A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem. 2. ed., rev. e ampl. Barueri: Manole, 2012. xvi, 209 p. (Enfermagem).</p> <p>GOMES, A. M. Emergência: planejamento e organização da unidade : assistência de enfermagem. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: EPU, 2008. 144 p. (Enfermagem na E.P.U.).</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>MARSHALL JUNIOR, I. et al. Gestão da qualidade e processos. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 204 p. (Gestão empresarial).</p> <p>MALAGÓN-LONDONO, G; PONTÓN LAVERDE, G. Gestão hospitalar: para uma administração eficaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2019. 594 p.</p> <p>BURMESTER, H. Manual de gestão hospitalar. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 226 p. (FGV Negócios).</p> <p>HAAG, G. S; LOPES, M. J. M; SCHUCK, J. S. A Enfermagem e a saúde dos trabalhadores. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: AB, 2001. ix, 140 p.</p> <p>THOMPSON, A. A.; STRICKLAND, A. J; GAMBLE, J. Administração estratégica. 15. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 2008. xxxiii, 668 p.</p>	

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ATENÇÃO TERCIÁRIA II

3º MÓDULO	CH total: 60h
-----------	----------------------

Ementa:

Vivência prática supervisionada em serviços de saúde de alta complexidade, com foco na atenção hospitalar e nos diferentes níveis de cuidado intensivo, especializado e de apoio diagnóstico e terapêutico. O estágio proporciona ao discente a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em situações reais, desenvolvendo competências técnicas, éticas e humanísticas para a assistência integral ao paciente em condições clínicas e cirúrgicas. Inclui a realização de procedimentos de enfermagem, participação no planejamento e execução do cuidado, utilização de tecnologias em saúde e integração à equipe multiprofissional, considerando a segurança do paciente, a humanização e a integralidade da atenção no âmbito hospitalar.

Bibliografia Básica:

- NETTINA, S. M. **Prática de enfermagem.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. xvi, 1859 p.
- POTTER, P. A.; PERRY, A. G. ELKIN, M. K. **Procedimentos e intervenções de enfermagem.** Trad. SPADA, S.M. et al. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- SMELTZER, S. C.; BARE, B. C. **Brunner e Suddarth.: tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xxxi, 1117 p.

Bibliografia Complementar:

- CARVALHO, R.; BIANCHI, E. R. F.; CIANCIARULLO, T. I. **Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação.** 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2019. 405 p. (Série Enfermagem).
- LOPES, A. C. **Clínica médica diagnóstico e tratamento.** 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013. 6912 p. v. 1 a 6.
- MOTTA, A. L. C. **Normas, rotinas e técnicas de enfermagem.** 4. ed. São Paulo: Iátria, 2003.
- PORTO, C. C. **Semiologia médica.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. xxxi, 1308 p.
- ROMANO, R. T. **Enfermagem clínica: assistência humanizada e cuidados integrais à saúde do adulto e do idoso.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2011. 115 p.

LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (OPTATIVA)	
4º MÓDULO	CH total: 33h20
<p>Ementa: Noções básicas dos fundamentos da Libras sob a óptica de uma sociedade inclusiva. História da Educação dos Surdos. Cultura Surda. Aspectos linguísticos da Língua de Sinais Brasileira: variações; iconicidade e arbitrariedade; estrutura gramatical. Prática em contextos comunicativos.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 273 p.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOP, L. B. Língua dos sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. xi, 221 p.</p> <p>SÁ, N. R. L. de. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: INEP, 2002. 365 p. (Pegagogia e Educação).</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CAPOVILLA, F. C; RAPHAEL, W. D; MAURÍCIO, A. L. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas : volume I : sinais de A a H. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2013. 1401 p.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas : volume II : sinais de I a Z. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2013. 1421-2787 p.</p> <p>COSTA, J. P. B. A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade. Campinas. São Paulo. Mercado das letras, 2010. 87 p.</p> <p>QUADROS, R. M. de. Libras. São Paulo: Parábola, 2019. 190 p.</p> <p>SKILAR, C. A. Surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. 190 p.</p>	

12 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio obrigatório está inserido como componente curricular e é desenvolvido com 400 horas, conforme o parecer normativo COFEN 01/2019, que estabelece 400 horas de estágio supervisionado para os cursos técnicos em enfermagem. Esta carga horária será dividida entre o 2º, 3º e 4º módulos do curso. Somente o aluno que for aprovado na disciplina de “Processo de Cuidar I” poderá iniciar as atividades de estágio no 2º módulo. Esta exigência ocorre em virtude do conteúdo ministrado nesta disciplina (práticas e técnicas de enfermagem) serem imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer procedimento prático. Esta condição visa garantir a segurança da população que venha a ser atendida pelos alunos.

Por ser modalidade educacional, o estágio é supervisionado exclusivamente por **docente enfermeiro, devidamente vinculado ao IFSULDEMINAS**. A coordenação do curso é responsável pelos convênios a serem firmados com as instituições parceiras e pela organização das escalas de estágio.

O setor de Estágios do Campus será responsável pela elaboração dos acordos, convênios e seguro de saúde dos alunos, conferência das pastas de estágio e arquivamento das mesmas. Para a realização dos estágios, os alunos deverão atender alguns princípios básicos, como:

- Ter cumprido o primeiro módulo do Curso Técnico em Enfermagem;
- Ter sido aprovado na disciplina de “Processo de Cuidar I”;
- Ter sido vacinado com todas as vacinas exigidas pelo calendário vacinal para profissionais de saúde;
- Ter disponibilidade para realização dos estágios em período integral.

Para ser aprovado nos estágios, o aluno deverá cumprir algumas normas exigidas pelo curso, como:

- Cumprir 400 horas de estágio supervisionado, correspondente a **100% de presença**, conforme a escala de estágios. O estudante que não comparecer nos dias programados para as atividades de estágio, não terá o direito de reposição, exceto com justificativa legal, devendo cumprir a carga horária quando a disciplina for novamente oferecida;
- Preencher os documentos de registro das atividades e colher as assinaturas dos professores supervisores;
- Entregar para o professor orientador (que ajudará na conferência das pastas, antes de serem entregues ao setor de estágio), no prazo solicitado, todos os documentos de realização do estágio;

- Além de ter boa conduta ética; manter boa apresentação pessoal, estando adequadamente uniformizado; ser pontual; cumprir com as atividades solicitadas pelo professor supervisor; atender com zelo e presteza os pacientes; ter domínio de teoria; respeitar as hierarquias;
- Os alunos poderão cumprir até 6 horas diárias de estágio e um total de 30 horas semanais, de segunda a sábado, sendo que, nas férias escolares o aluno poderá cumprir 8h diárias de estágio e um total de 40 horas (Art. 10, Capítulo IV da Lei Nº 11.788).

12.1 Das Reposições

Apenas terá o direito de reposição, o aluno que estiver impedido de comparecer nas atividades por atestado médico-legal. Para realizar as reposições de estágio, o aluno deverá procurar a coordenação do curso para preenchimento de autorização de reposição, sendo o **Formulário de Reposição de Estágio (anexos)** preenchido e assinado pelo coordenador do curso para que o mesmo faça a devida reposição.

Em caso de afastamento ou atestado médico do supervisor, a escala será reformulada pelo coordenador do curso, garantindo a reposição ao aluno conforme a carga horária mínima exigida pelo curso.

12.2 Das Trocas de Estágio

O aluno que não puder comparecer em um determinado dia de estágio, poderá fazer a troca deste dia anteriormente com algum colega.

A troca de estágio deverá ser formalizada por meio do **Formulário de Troca de Estágio (anexos)**, devendo ambos os alunos (solicitante e solicitado) preencher e assinar o formulário, devendo uma cópia ficar com a coordenação do curso e outra ser apresentada para o supervisor no dia da realização do estágio.

12.3 Do Aproveitamento de Carga Horária de Estágio Anterior

O aluno que já realizou o curso de Auxiliar em Enfermagem poderá ter o aproveitamento de parte de seus estágios supervisionados. O Colegiado de curso fará a análise mediante comprovação legal da documentação do estágio supervisionado realizado no curso de Auxiliar de Enfermagem. Caso o colegiado entenda que os locais e atividades foram pertinentes de serem aproveitados, poderá ser

aproveitado no máximo 100 horas. Caso o colegiado entenda que as atividades desenvolvidas não condizem com a qualidade para a formação técnica do estudante, as horas não serão aproveitadas. Para o aproveitamento da carga horária dos estágios, o aluno deverá procurar a secretaria do Campus, formalizando o pedido de aproveitamento de estudos. O pedido de aproveitamento de estudos será encaminhado para o Colegiado do Curso Técnico em Enfermagem, o qual terá 30 dias para emitir parecer final. O parecer final do Colegiado do Curso Técnico em Enfermagem será decisivo quanto à carga horária pertinente ao aproveitamento do curso anterior ou ao não aproveitamento, com embasamento técnico formalizado.

Os estágios curriculares e supervisionados, realizados durante o Curso de Auxiliar em Enfermagem, e aproveitados pelo Curso Técnico em Enfermagem do Campus Passos tem embasamento legal no Art. 41 da Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, o qual estabelece o aproveitamento dos conhecimentos.

Durante o desenvolvimento do estágio, o aluno tem a possibilidade de realizar os procedimentos técnicos, fazendo associação entre conhecimentos teóricos e práticos, fortalecendo sua formação. O estágio, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 1 de 21 de janeiro de 2004, deverá efetivar-se por meio de convênio a ser celebrado entre a Instituição de Ensino e a organização concedente de estágio, objetivando o melhor aproveitamento das atividades sócio-profissionais que caracterizam o estágio.

O aluno receberá orientações para realização do estágio durante o curso. Deverá elaborar relatórios que conterão, além das atividades desenvolvidas, observações, auto avaliação e avaliação da empresa com sugestões.

Todo o estágio curricular será regulamentado através da Lei 11.788 e Parecer Normativo 01/2019 do COFEN.

De acordo com a Lei 11.788, Art.10: A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I. 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II. 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão

programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

Somente serão considerados estágios, aquelas atividades que forem supervisionadas por **docente enfermeiro, devidamente vinculado ao IFSULDEMINAS**, o qual desenvolverá as atividades de supervisor e orientador de estágio: supervisor - o professor que acompanha os alunos nas atividades diretas de prática; e orientador - o professor que colabora com a coordenação do curso, no acompanhamento do aluno, na preparação e conferência dos documentos de estágio, sendo esta a referência do aluno para o estágio.

Para registrar os estágios realizados, deverão ser preenchidos o **Relatório Final de Estágio** e a **Ficha de Avaliação do Estágio** (anexos)

13 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação está intrinsecamente ligada ao processo pedagógico e serve para diagnosticar as dificuldades e traçar novas estratégias que facilitem o processo ensino aprendizagem, possibilitando, aos professores e estudantes, a identificação dos avanços alcançados, dos caminhos percorridos e dos novos rumos a serem seguidos. A avaliação, conforme define Luckesi (1996, p. 33), "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Desta forma o processo de avaliação é contínuo, valorizando o aluno quanto ao interesse, participação e desempenho nas avaliações propostas, de modo que o rendimento acadêmico compreenda a assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação e outros, nos quais será observado a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, possibilitará a verificação de adequação do currículo ou necessidade de sua reformulação, tendo em vista as necessidades sociais; validade dos recursos didáticos adotados; necessidade de serem adotadas medidas de recuperação; e ajustamento psicossocial do estudante.

A avaliação do rendimento escolar permite ao professor identificar os progressos e as dificuldades dos estudantes, e, para continuidade ao processo, a partir do resultado avaliativo, as mediações necessárias são realizadas objetivando aprendizagens significativas.

O sistema de avaliação do ensino e aprendizagem é contínuo, dinâmico e processual, tomando-se como referência a aquisição de habilidades/competências curriculares trabalhadas e a prática de aspectos atitudinais, que corroboram com a formação geral do educando.

Além do horário das aulas, é oferecido o atendimento ao discente, o qual permite que o estudante

seja acompanhado pelo professor, tendo suas fragilidades trabalhadas, de modo que se consiga melhorar o rendimento do estudante que esteja com dificuldades.

Ainda assim, se não houver avanço, o docente comunica à Coordenação Geral de Ensino para, em conjunto com a equipe pedagógica, estabelecerem novas estratégias.

Há de se ressaltar um processo avaliativo diferenciado para aqueles que apresentem especificidades em seu desenvolvimento, como assim prevê o Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Para estes casos, a colaboração do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) da Instituição, juntamente com o Colegiado do Curso e dos professores envolvidos diretamente no processo é fundamental.

Cada disciplina será ministrada de acordo com o Plano de Ensino apresentado pelo professor. O planejamento pedagógico de cada disciplina constará da carga horária, dos objetivos, do conteúdo programático, das metodologias de ensino, do processo de avaliação e das bibliografias básica e complementar. Este planejamento será registrado no sistema acadêmico dentro dos primeiros 15 (quinze) dias letivos de cada semestre. Uma cópia do Plano de Ensino deverá ser encaminhada para a Coordenação do Curso, a fim de ser arquivada na secretaria acadêmica.

13.1 Da Frequência

O sistema de frequência terá como base a Resolução nº 073, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes Presencias da Educação Técnica Profissional de Nível Médio:

Art. 15 - É obrigatória, para a aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina.

§ 1º O controle da frequência é de competência do docente, assegurando ao estudante o conhecimento mensal de sua frequência. Como ação preventiva, o docente deverá comunicar formalmente a Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando ou outro setor definido pelo campus, casos de faltas recorrentes do discente que possam comprometer o processo de aprendizagem do mesmo e no sentido de evitar sua evasão.

§ 2º Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei, sendo entregues diretamente no setor definido pelo campus em que o discente está matriculado. a. Em caso de atividades avaliativas, a ausência do discente deverá ser comunicada por ele, ou responsável, ao setor definido pelo campus até 2 (dois) dias após a data da aplicação. Formulário devidamente preenchido deverá ser apresentado ao mesmo setor no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a data de seu retorno à instituição. Neste caso, o estudante terá a falta justificada e o direito de receber

avaliações aplicadas no período/dia.

§ 3º São considerados documentos para justificativa da ausência: I – Atestado Médico; II – Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus; III – Declaração de participação em evento acadêmico, esportivo, científico e cultural; III – Atestado de trabalho, válido para período não regular da disciplina.

§ 4º O não comparecimento do discente à avaliação a que teve direito pela sua falta justificada implicará definitivamente no registro de nota zero para tal avaliação na disciplina.

Art. 16 - Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta e o conteúdo não será registrado.

Art. 17 - Mesmo que haja um número reduzido de estudantes, ou apenas um, em sala de aula, o docente deve ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula, lançando presença aos participantes da aula.

13.2 Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

Segundo a Resolução nº 073, de 17 de dezembro de 2015, sobre a verificação do rendimento escolar e aprovação:

Art. 18 - O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

Parágrafo Único. O docente deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos discentes através do diário de classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado.

I. As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação e outros;

a) Nos planos de ensino deverão estar programadas, no mínimo, uma avaliação bimestral, conforme os instrumentos referenciados no inciso I, sendo que cada avaliação não deverá ultrapassar a 50% do valor total do semestre.

b) O docente deverá publicar as notas das avaliações e revisar as avaliações em sala de aula até 14 (quatorze) dias consecutivos após a data de aplicação. c. Em caso de afastamento legal do docente, o prazo para a apresentação dos resultados das avaliações e da revisão da avaliação poderá ser prorrogado.

II. Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas neste documento. O docente

poderá alterar o critério de avaliação desde que tenha parecer positivo do colegiado de curso com apoio da supervisão pedagógica.

III. Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível na SRA ou SRE.

IV. O docente deverá registrar as notas de todas as avaliações bem como as médias para cada disciplina.

Art. 19 - Os docentes deverão entregar o Diário de Classe corretamente preenchido e assinado com conteúdos, notas, faltas e horas/aulas ministradas na Supervisão Pedagógica ou setor definido pelo campus dentro do prazo previsto no Calendário Escolar. O mesmo se aplica para os casos no qual o controle é feito por sistemas informatizados.

Art. 20 - Os cursos da educação profissional técnica de nível médio subsequente adotarão o sistema de avaliação de rendimento escolar de acordo com os seguintes critérios:

I. Serão realizados em conformidade com os planos de ensino, contemplando os ementários, objetivos e conteúdos programáticos das disciplinas.

II. O resultado do módulo/período será expresso em notas graduadas de zero (0,0) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal.

III. As avaliações têm caráter qualitativo e quantitativo que são discriminadas no projeto pedagógico do curso.

Art. 21 - Será atribuída nota zero (0,0) à avaliação do discente que deixar de comparecer às aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

Art. 22 - Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios abaixo, resumidos no Quadro 1:

I. O discente será considerado APROVADO quando obtiver nota nas disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e frequência (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total da carga horária da disciplina.

II. O discente que alcançar nota inferior a 60% (sessenta por cento) na disciplina terá direito à recuperação. O cálculo da média da disciplina recuperação (MDR) será a partir da média aritmética da média da disciplina (MD) mais a avaliação de recuperação. Se a média após a recuperação (MDR) for menor que a nota da disciplina antes da recuperação, será mantida a maior nota.

III. Terá direito ao exame final, ao término do módulo/período, o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% (trinta por cento) e inferior a 60,0% (sessenta por cento) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. O exame final poderá

abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média ponderada da média da disciplina após a recuperação, peso 1, mais a nota do exame final, peso 2, esta somatória dividida por 3.

IV. O exame final é facultativo para o aluno. Na ausência do aluno no Exame Final, será mantida a média semestral da disciplina.

- a) Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final.
- b) Estará REPROVADO na disciplina o discente que obtiver nota inferior a 60,0% (sessenta por cento) ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina.

Quadro 2. Resumo de critérios para efeito de aprovação nos Cursos Técnicos SUBSEQUENTES do IFSULDEMINAS.

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
MD \geq 60,0% e FD \geq 75%	APROVADO
MD < 60,0%	RECUPERAÇÃO DISCIPLINA
30,0% \leq MDR < 60,0% e FD \geq 75%	EXAME FINAL
MD < 30,0% ou RFD < 60,0% ou FD < 75%	REPROVADO

MD – média da disciplina;

FD – frequência total das disciplinas;

MDR – média da disciplina recuperação

RFD – resultado final da disciplina.

Art. 23 - O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida na SRA ou SRE num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota.

Art. 24 - O discente deverá repetir a disciplina do módulo/periódico em que foi reprovado.

Art. 25 - A reprovação em número igual ou superior a 3 (três) disciplinas, no semestre, acarretará a retenção no módulo/periódico, devendo o aluno cumpri-las, primeiramente, para continuar sua promoção.

Parágrafo Único. Não sendo ofertadas as disciplinas em dependência, o discente poderá dar continuidade ao curso e cumprirá, obrigatoriamente, todas as dependências quando ofertadas. Caso o discente reprove em até 2 (duas) disciplinas poderá, se houver compatibilidade de horário, matricular-se no módulo/periódico seguinte, acrescido dessas disciplinas.

Art. 26 - Será admitida a dependência orientada para alunos reprovados, em até duas disciplinas, por nota e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), após análise

do Colegiado do Curso.

Parágrafo Único. Entende-se por dependência orientada a prática pedagógica acompanhada por um docente. No início do período letivo, o docente apresentará ao Coordenador de Curso um Plano de Trabalho.

Art. 27 - O discente terá o dobro do tempo normal do curso contado a partir da data de ingresso no primeiro período como prazo máximo para conclusão do mesmo.

Parágrafo Único. Não serão computados, para efeito de contagem do prazo máximo para conclusão, os períodos de trancamento de matrícula.

Art. 28-A - O regime de dependência institucional refere-se aos instrumentos ofertados pela institucional que visam auxiliar o estudante no processo de recuperação da aprendizagem e de notas na(s) disciplina(s) reprovada(s).

Art. 28-B - Os instrumentos de dependência institucional são organizados a partir de três possibilidades:

- I. Vaga em disciplina regular: oferta de vagas em disciplina regular para estudantes reprovados.
- II. Disciplina de dependência regular: disciplina presencial criada para atender, prioritariamente, os estudantes em dependência.
- III. Disciplina de dependência orientada: disciplina semipresencial criada para atender, exclusivamente, os estudantes em dependência.

Art. 28-C - Os critérios para oferta de vagas e/ou turmas em dependência devem considerar:

I. Nos cursos técnicos subsequentes, recomenda ser oferecida ao menos 1 (uma) vez ao ano. Esta oferta pode contemplar:

- a) Vagas em disciplina regular para atender aos estudantes reprovados.
- b) Disciplinas de dependência regular para atender, preferencialmente, os estudantes reprovados, mas que podendo, eventualmente, ampliar sua oferta a outros estudantes.
- c) Disciplinas de dependência orientada para atender, exclusivamente, os estudantes reprovados.

Art. 28-D - A oferta das disciplinas de dependência deve considerar para matrícula a seguinte ordem de prioridade:

- I. Estudante com status de concluinte.
- II. Estudante com maior tempo no curso.
- III. Estudante com idade mais elevada.

Art. 28-E - A coordenação de curso, deverá apresentar, via processo eletrônico, à Diretoria de

Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino:

- I. A relação de disciplinas de dependência a serem ofertadas;
- II. Modalidade de oferta destas disciplinas (regular ou orientada);
- III. Relação de estudantes aptos a fazerem estas disciplinas;
- IV. Relação de professores que atuarão nestas disciplinas;
- V. Ciência no processo eletrônico destes professores que atuarão nas disciplinas.

§ 1º. A Diretoria de Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino é a responsável pela análise do pedido de oferta e deverá deliberar pela aprovação ou não. A análise deverá considerar o quantitativo de estudantes retidos, a infraestrutura, a logística e a carga horária docente.

I. Em caso de deferimento, a Diretoria de Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino, deverá encaminhar o processo eletrônico para secretaria de registro acadêmico solicitando a criação dos diários das disciplinas.

II. Ficará a cargo da Diretoria de Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino a publicização das disciplinas de dependência nos horários oficiais de aulas.

III. Em caso de indeferimento, a Diretoria de Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino, deverá encaminhar o processo eletrônico para a coordenação de curso, indicando as razões pela não aprovação da oferta.

§ 2º. A definição das disciplinas de dependência (regular e/ou orientada) deverá ser prevista em até 15 (quinze) dias corridos do início do período letivo.

I. Será permitida a realização de matrícula em disciplina de dependência (regular e/ou orientada) de forma extemporânea, em prazo definido pelo campus.

Art. 28-F - A análise das solicitações de matrícula nas disciplinas de dependência será responsabilidade da coordenação de curso, devendo considerar os seguintes critérios: I. Dependência orientada: considerar os critérios de frequência e nota previstos no artigo.

Art. 28-H - II. Independente da modalidade (regular ou orientada), a disciplina de dependência deverá ter a correspondência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e do ementário previsto no PPC do estudante, para que seja garantido a validação de estudos. a) A disciplina de dependência poderá ofertar vagas para estudantes de outros cursos.

Art. 28-G - A oferta da dependência orientada deverá ocorrer, preferencialmente, quando não for possível o cumprimento da dependência regular em função da incompatibilidade de horário de aulas e do quantitativo de aulas do professor.

Art. 28-H - O estudante fará jus à matrícula na disciplina em regime de dependência orientada se obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 4 (quatro) na disciplina reprovada.

Art. 28-I - A disciplina em regime de dependência orientada deverá ser desenvolvida de forma semipresencial, devendo contar com o suporte de ferramentas de educação a distância.

§1º. A oferta da disciplina de dependência orientada deverá prever os seguintes princípios de organização pedagógica:

I. Os encontros presenciais deverão ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês, observando a compatibilidade do horário escolar regular dos estudantes.

II. A oferta de dependência orientada não preverá a frequência mínima de 75% como critério de aprovação.

a) O estudante deverá frequentar assiduamente os encontros presenciais previstos e desenvolver as atividades a distância, sendo facultado ao professor considerar o engajamento do estudante como um critério avaliativo, mas não o único.

b) O professor deverá comunicar mensalmente à coordenação de curso os casos de estudantes pouco engajados nas atividades de dependência orientada.

§ 2º. A oferta da disciplina de dependência orientada deverá atender aos seguintes princípios de registro acadêmico:

I. O plano de ensino deverá prever a existência das atividades presenciais e a distância.

II. O registro das atividades presenciais e a distância de verá estar descrito no diário de classe.

III. Não haverá registro de frequência no sistema acadêmico, devendo proceder de forma semelhante ao registro dos cursos à distância.

IV. O professor deverá compartilhar com os estudantes, no início da disciplina, um guia de estudos com as atividades a serem realizadas e seus prazos.

§ 3º. A carga horária da disciplina de dependência orientada deverá ser, obrigatoriamente, oferecida de forma integral, conforme previsto no PPC do curso.

I. A duração da disciplina de dependência orientada poderá ser condensada.

§ 4º. O campus deverá padronizar a plataforma de educação a distância a ser adotada (AVA institucional, google classroom etc.) para a realização das atividades da disciplina de dependência orientada.

Art. 28-J - O estudante reprovado por nota na dependência orientada não poderá cursar a disciplina novamente neste regime, devendo cumprir-la por meio da realização de disciplina regular ou dependência regular.

Art. 28-K - O estudante matriculado em disciplina de dependência regular ou orientada fará jus ao direito de realizar a recuperação e exame final definidos nos incisos II e III do art. 22, e a análise do conselho de classe final definido no artigo 31.

13.3 Conselho de Classe

Com base na Resolução nº 073, de 17 de dezembro de 2015:

Art. 29. O Conselho de Classe Pedagógico de caráter consultivo e diagnóstico deverá ser previsto em calendário acadêmico com a presença de todos os docentes e coordenador de curso, bem como representantes discentes, supervisão pedagógica, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado que discutam evolução, aprendizagem, postura de cada discente e façam as deliberações e intervenções necessárias quanto à melhoria do processo educativo.

Parágrafo Único. O Conselho de Classe Pedagógico deverá se reunir uma vez, após decorrido no mínimo 50% do semestre letivo.

Art. 30. O conselho de Classe Pedagógico será presidido pelo Coordenador de Curso.

Art. 31. O Conselho de Classe Final é deliberativo e constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, representantes da equipe multidisciplinar (pedagogo, psicólogo, assistente de aluno, assistente social) e Coordenador Geral de Ensino/Coordenador de Ensino ou representante indicado que deliberará sobre a situação do discente que não obteve aprovação em até 2 (duas) disciplinas/eixos temáticos ou equivalente conforme Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando ou não a sua promoção. Deverá ser feita ata que, sendo assinada por todos, será enviada para a SRE/SRA. Parágrafo Único. Somente os docentes terão direito ao voto para a promoção do discente. Em caso de empate, o Coordenador do Curso terá o voto de Minerva.

13.4 Integralização

Conforme previsto na Resolução nº 073, de 17 de dezembro de 2015:

“O discente terá o dobro do tempo normal do curso contado a partir da data de ingresso no primeiro período como prazo máximo para conclusão dele.”

Parágrafo Único. Não serão computados, para efeito de contagem do prazo máximo para conclusão, os períodos de trancamento de matrícula.”

14 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Segundo o artigo 50 da Resolução nº 073/2015, para prosseguimento de estudos, o IFSULDEMINAS pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que esteja dentro do mesmo nível de formação do estudante. O discente terá 30 dias para requerer a dispensa.

O pedido de aproveitamento de disciplinas obrigatórias, oferecidas em outros cursos do IFSULDEMINAS e ou outras instituições, desde que compatíveis com as competências, conhecimentos e carga horária das disciplinas presentes no Curso Técnico em Enfermagem, deverão seguir os prazos estabelecidos no calendário escolar do IFSULDEMINAS – Campus Passos.

Para tal prática, são consideradas as matrizes curriculares dos dois cursos relacionados na análise de equivalência bem como as ementas e cargas horárias das disciplinas para as quais se requer o aproveitamento, tendo em vista o que é oferecido no Campus.

O aproveitamento de estudos, se concedido, ocorre se os estudos submetidos a aproveitamento correspondem à carga horária de pelo menos 75% e a conteúdos iguais ou excedentes do previsto no curso onde se requer que seja feito o aproveitamento. Mas tal aproveitamento será concedido apenas quando requerido exclusivamente nos prazos estabelecidos para matrícula de ingresso e quando os estudos realizam-se a no máximo cinco anos da data do requerimento.

Este recurso poderá ocorrer na forma de aproveitamento de estudos/prática profissional, disciplinas de caráter profissionalizante cursadas na própria escola ou oriundas de outros estabelecimentos educacionais, até o limite de **25% do total da carga horária** deste nível de ensino, amparado pelo Art. 41 da Lei Federal nº 9394/96, e da prática profissional vivenciada pelo aluno.

§ 1º - O Colegiado do Curso Técnico em Enfermagem, Campus Passos, portanto, apresentará o deferimento ou indeferimento ao estudante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do requerimento.

§ 2º - Durante este período, o estudante frequenta normalmente as aulas.

§ 3º - Os documentos que fundamentam o aproveitamento de estudos constarão em Ata e ficarão arquivados na Pasta Individual do estudante.

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O IFSULDEMINAS – Campus Passos, ciente da importância do curso, estabelece mecanismos periódicos (anuais) para a avaliação de sua eficácia e eficiência, mediante consulta aos segmentos envolvidos com o Curso Superior de Bacharelado em Enfermagem com Licenciatura. O processo de Avaliação será realizado pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) em consonância com os seguintes itens:

- A qualidade do corpo docente.
- A organização didático-pedagógica (corpo discente, egressos, parcerias, coordenação, corpo dirigente entre outros).
- As instalações físicas, como laboratórios de ensino e biblioteca.
- A avaliação da instituição, na perspectiva de identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas.

Corpo Docente:

Ao final de cada ano os docentes, através de reuniões, emitirão parecer a respeito da infraestrutura disponível, do ambiente de trabalho, das dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem, do acesso às novas tecnologias e do apoio administrativo envolvido com o curso.

Corpo Discente:

Ao final de cada ano o estudante, através de questionário próprio, emitirá parecer a respeito da infra-estrutura disponível, do ambiente de estudo e da aquisição das competências previstas.

Egressos:

Disponibilizar um sistema online que permitirá o acompanhamento das conquistas e dificuldades dos egressos.

Empresas Públicas e Privadas/Parcerias/Profissionais Liberais:

A Instituição, por meio de seu setor de estágio manterá um banco de dados que possibilitará o acompanhamento dos profissionais quanto ao seu desempenho e atendimento do perfil tecnológico exigido pelo campo profissional.

Corpo Dirigente e Coordenação:

Após levantamento e análise das sugestões apresentadas pelos docentes, discentes, egressos e empresas conveniadas/partnerias encaminhar-se-á ao Conselho Técnico Pedagógico, proposta/síntese, objetivando definir diretrizes a serem tomadas, atendendo às competências propostas e à realidade exigida pelo mundo do trabalho.

Observação:

Quaisquer mudanças que vierem a ocorrer em função de sugestões obtidas, serão devidamente apreciadas pelo NDE e Colegiado do Curso, cujas reuniões serão devidamente registradas em ata e deverão seguir os trâmites institucionais, pois não se pode alterar o PPC sem que ele passe pelos colegiados e câmaras.

16 APOIO AO DISCENTE

O apoio aos discentes é oferecido pelo Setor de Assistência ao Educando que presta apoio e acompanhamento aos mesmos, buscando promover, em sua integralidade, o acesso, o desenvolvimento e a permanência deste na instituição. Busca intervir positivamente na formação dos estudantes da instituição de modo a proporcionar-lhes um ambiente adequado ao seu processo de ensino aprendizagem, por meio de ações articuladas entre sua equipe, que é composta por assistentes de aluno, assistente social, enfermeira, interprete de libras, pedagogas e psicólogo.

O setor trabalha na ótica da Resolução nº72, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, contando com os seguintes programas: Programa de Assistência à Saúde; Programa do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; Programa de Acompanhamento do Serviço Social; Programa Auxílio Estudantil nas modalidades: Auxílio moradia, Auxílio alimentação, Auxílio transporte, Auxílio Material Didático-pedagógico, Auxílio creche; Auxílio para participação em Eventos – EVAECT; Auxílio para Visitas Técnicas; Programa Mobilidade Estudantil – Nacional e 125 Internacional; Programa de Acompanhamento Psicológico; Programa de Acompanhamento Pedagógico; Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura e Programa de Inclusão Digital.

16.1 Ações Inclusivas

Conforme Resolução CONSUP Nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, no que tange a Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular está descrito nos próximos dois itens deste texto.

16.1.1 Terminalidade Específica

Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica “é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descriptiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla”. (BRASIL, 2001).

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos alunos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o Parecer nº 14, de 23 de fevereiro de 2009 MEC/SEESP/DPEE, o direito de alunos obterem histórico escolar descriptivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução 02/2001 do CNE) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais

não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, estas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício destas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

16.1.2 Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

a) Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

b) Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser ou a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

c) Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

d) Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

e) Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

Contemplando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seu artigo nº 59, que trata sobre a educação inclusiva, o *Campus Passos* desenvolve ações que contam com adaptação e flexibilização curricular, a fim de assegurar o processo de aprendizagem, permitindo aceleração, suplementação e supressão de estudos para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Ademais, a Resolução nº 102, de 16 de dezembro de 2013, que estabelece as Diretrizes para a Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS está orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. Essas diretrizes propõem medidas para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em todos os cursos oferecidos pelo Instituto.

Desta forma, o curso realizará, quando necessário, adaptações no currículo regular para torná-lo apropriado às necessidades específicas dos estudantes público alvo da educação especial, visando à adaptação e flexibilização curricular ou terminalidade específica para os casos previstos na legislação vigente. Será prevista, ainda, a possibilidade de aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar, aos estudantes com altas habilidades/superdotação.

Nesse sentido, o *Campus Passos*, assegura ao educando com necessidades educacionais específicas:

- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam suas necessidades específicas de ensino e aprendizagem.
- Com base na Resolução nº 102/2013 estabelece a possibilidade de aplicação de terminalidade específica para aqueles estudantes que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do curso, em virtude de suas deficiências.
- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelaram capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual e psicomotora.
- Acesso Igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino.
- Cabe ao Núcleo de Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais – NAPNE do *Campus Passos* apoio e orientação às ações inclusivas.

16.2 Acessibilidade

O Campus Passos visa a promoção da acessibilidade, em consonância com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, que destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e o Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas 121 gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Conforme artigo 3º, inciso I, da Lei nº 13.146/2015, entende-se acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

No artigo 53 desta mesma Lei, tem-se que “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

Em relação a estrutura física, no que tange à superação de barreiras arquitetônicas, no campus, destacam-se as seguintes observações:

- dispõe de rebaixamento de calçadas em seus acessos de entrada; • no estacionamento interno há vagas reservadas à pessoa com mobilidade reduzida ou total próxima a porta de acesso ao prédio;
- em seu interior, há rampa com piso tátil (incompleto);
- há contraste de cor entre o piso e as paredes; • as portas possuem, no mínimo, 0,80m de largura, com as maçanetas não arredondadas;
- o prédio conta com duas escadas com corrimãos (falta sinalização em Braile) em todo seu entorno e degraus com fita antiderrapante,
- conta com guichês de atendimento rebaixados. • todos os banheiros são acessíveis, com sanitários adaptados, devidamente identificados, com espaço para movimentação de cadeira de rodas e lavatórios suspensos à no mínimo 0,73m do chão;
- os bebedouros são suspensos, localizados à altura acessível e com acionamento facilitado
- de mobiliário, o campus possui carteiras adaptadas à cadeira de rodas que podem ser alocadas tanto em salas de aula como em laboratórios;

Quanto às tecnologias assistivas, o câmpus possui guia, etiquetador de braile, reglete, kit de desenho e calculadora, adaptados para pessoas com deficiência visual e calculadora sonora para pessoas com deficiência auditiva, além de materiais didáticos adaptados para diversos usos.

16.3 O NAPNE

O Campus Passos conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE - composto por uma equipe multidisciplinar entre docentes e técnicos-administrativos. Esse grupo multidisciplinar objetiva a promoção de ações inclusivas de educação democrática cujo intuito é analisar as condições de acessibilidade e adaptações que se façam necessárias, bem como desenvolver projetos de inserção e adaptação no contexto do ambiente escolar e comunidade.

A equipe oferece apoio e orientação às ações inclusivas, acompanhando o processo de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, contribuindo para práticas pedagógicas que atendam o conjunto plural dos estudantes e buscando uma educação que considere a diversidade e seja democrática. É também função do NAPNE identificar a ausência de estrutura adequada trabalhando para a quebra das barreiras arquitetônicas e promover a aquisição e implementação de tecnologias assistivas.

O grupo se reúne mensalmente, possuindo um local próprio para atendimento, integrando ações junto à Coordenadoria de Apoio ao Educando, com encaminhamento de problemas para discussão e proposições de soluções. Sendo um Núcleo de atuação permanente, o NAPNE visa proporcionar a efetiva inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas no âmbito educacional, proporcionando oportunidades de plena participação ao conhecimento.

17 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

17.1 Funcionamento do Colegiado de curso

O Colegiado de Curso, órgão técnico, consultivo e deliberativo em assuntos pedagógicos, científicos, didáticos e disciplinares no âmbito do curso, é constituído:

- Pelo Coordenador do curso, seu presidente
- Por 2 (dois) representantes titulares técnico-administrativos em Educação, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes
- Por 2 (dois) representantes docentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes
- Por 2 (dois) representantes discentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.

O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente durante todo início de semestre letivo e extraordinariamente quando convocado pela Coordenadoria de Ensino, pelo Coordenador de Curso, por requerimento de (2/3) dois terços dos seus membros, com indicação do motivo e convocação com antecedência mínima de (48) quarenta e oito horas.

Cabe ao colegiado: discutir a grade, ementas e todos os assuntos pertinentes à parte pedagógica, acompanhar e emitir pareceres sobre as proposições que envolvam matérias referentes ao curso e ao seu currículo na integração de estudos, na execução da política educacional do instituto, monitorias de ensino, estágios, na distribuição das disciplinas, na análise de aproveitamento de estudos e consonância do plano de ensino com a ementa da disciplina (Resolução N° 033/2014).

17.2 Atuação do(a) Coordenador(a)

A coordenação de curso será exercida por professor efetivo do IFSULDEMINAS com formação na área. Compete ao coordenador de curso:

I- auxiliar os docentes e discentes nas suas demandas para que possam desenvolver suas atividades acadêmico-científicas de forma satisfatória e com qualidade;

II- elaborar e divulgar com antecedência os horários das disciplinas do período letivo vigente;

III- manter constante comunicação, atuando como interlocutor entre os membros da comunidade acadêmica;

IV- zelar pelo cumprimento dos compromissos do corpo docente e discente;

V - zelar pelo cumprimento do projeto pedagógico de curso e desta Resolução;

VI- propor mudanças no projeto pedagógico de curso, buscando o aprimoramento do curso, respeitando a devida tramitação nas câmaras para aprovação;

VII - auxiliar nas ações do processo seletivo;

VIII- aprovar os programas e os planos de ensino das disciplinas, verificando o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas;

IX - representar o curso nos órgãos da unidade de ensino;

X- convocar e presidir as reuniões de docentes e colegiado do curso;

XI- supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos docentes;

XII- coordenar os trabalhos de elaboração do currículo pleno do curso, bem como de suas modificações para submissão aos órgãos competentes;

XIII- zelar pelo cumprimento das disposições legais e regimentais próprias do curso e daquelas que forem institucionais;

XIV- promover semestralmente ações de avaliação do curso, permitindo a participação dos discentes;

XV- auxiliar sobre as propostas de temas de TCC advindas do corpo docente e discente; XVI

- viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento dos TCCs;

XVII- organizar os grupos de professores orientadores, e, quando necessário, auxiliar o processo de substituição do professor orientador;

XVIII- elaborar o cronograma para a avaliação/apresentação do TCC; XIX - organizar o ambiente virtual de aprendizagem e mantê-lo atualizado;

XX- manter um padrão de layout e personalização desse ambiente, com logotipos que identificam o curso;

XXI- promover cursos de capacitação para os docentes do curso, juntamente com a equipe do suporte da plataforma;

XXII- orientar e reforçar aos estudantes sobre prazos de rematrícula e entrega de atividades; XXIII - organizar os encontros e as atividades avaliativas presenciais, quando couber;

XXIV- encaminhar à SRA, ao final do período letivo, as atas de defesa e aprovação do TCC para arquivamento.

17.3 Corpo Docente/Tutor

Quadro 3 – Docentes Enfermagem. IFSULDEMINAS, Campus Passos.

Nome	Titulação	Área de Atuação	e- mail
Andrea Cristina Alves	Doutora	Enfermagem	andrea.alves@ifsuldeminas.edu.br
Derica Karoly Evarista Almeida	Doutora	Enfermagem	derica.almeida@ifsuldeminas.edu..br
Flávia Helena Pereira	Doutora	Enfermagem	flavia.pereira@ifsuldeminas.edu.b r
Emerson Piantino Dias	Doutor	Enfermagem	emerson.dias@ifsuldeminas.edu.br
Heloisa Turcatto Gimenes Faria	Doutora	Enfermagem	heloisa.faria@ifsuldeminas.edu.br
Jamila Souza Gonçalves	Doutora	Enfermagem	jamila.gonçalves@ifsuldeminas.edu.br
Juliano Souza Caliari	Doutor	Enfermagem	juliano.caliari@ifsuldeminas.edu. br
Yeda Maria Antunes de Siqueira	Doutora	Enfermagem	yeda.siqueira@ifsuldeminas.edu.br

17.4 Corpo Administrativo

Quadro 4 – Corpo técnico administrativo IFSULDEMINAS, Campus Passos.

Nome	Cargo
Alencar Coelho da Silva	Assistente de Alunos
Aline Gonzaga Ramos	Pedagoga
Alisson Lima Batista	Assistente em Administração
Ana Marcelina de Oliveira	Administradora
Carla Fernandes da Silva	Assistente em Administração
Cássio Cortes da Costa	Assistente de Alunos
Cláudia dos Santos Valvassora Silveira	Enfermeira
Clayton Silva Mendes	Assistente em Administração
Daniela de Oliveira	Assistente em Administração
Daniel dos Santos Oliveira	Psicólogo
Danilo Vizibeli	Auxiliar de Biblioteca

Denís Jesus da Silva	Assistente Social
Felipe Palma da Fonseca	Auxiliar em Administração
Fillipe Tadeu Salles	Técnico em Contabilidade
Flávio Donizete de Oliveira	Contador
Gabriela Rocha Guimarães	Técnico em Assuntos Educacionais
Gisele Silva Oliveira	Auxiliar de Biblioteca
Helen Rodrigues Simões	Assistente em Administração
Helena Madeira Caldeira Silva	Jornalista
Igor Xavier de Magalhaes Silva Brasil	Técnico em Tecnologia da Informação
João Alex de Oliveira	Técnico em Tecnologia da Informação
Joel Rossi	Técnico em Laboratório/Informática
Jussara Alves Monteiro Silva	Assistente em Administração
Jussara Oliveira da Costa	Bibliotecária-Documentalista
Karoline Nascimento	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais
Laressa Pereira Silva	Técnico em Assuntos Educacionais
Lilian Cristina de Lima Nunes	Técnico em Assuntos Educacionais
Marcelo Hipólito Proença	Assistente em Administração
Márcia Aparecida de Oliveira	Assistente em Administração
Marco Antonio Ferreira Severino	Contador
Namon Henrique Costa Oliveira	Assistente em Administração
Natália Lopes Vicinelli Soares	Odontóloga
Pâmela Tavares de Carvalho	Técnico em Laboratório /Vestuário
Paula Costa Monteiro	Relações Públicas
Paulo César Oliveira Lara	Técnico de Tecnologia da Informação
Paulo Henrique Novaes	Técnico em Assuntos Educacionais
Pedro Vinicius Pereira Dias	Técnico de Tecnologia da Informação
Raquel Araújo Campos	Assistente de Alunos
Regiane Mendes Costa Paiva	Técnico de Laboratório/Enfermagem

Romilda Pinto da Silveira Ramos	Bibliotecária
Sheila de Oliveira Rabelo Moura	Assistente em Administração
Sílvio César Pereira Carvalho	Auxiliar em Administração
Suzana Esteves Quadros	Psicóloga
Vera Lúcia Santos Oliveira	Pedagoga

18 INFRAESTRUTURA

O IFSULDEMINAS – Campus Passos apresenta atualmente a seguinte estrutura:

Salas de aulas

- 20 (vinte) salas de aulas equipadas com computador, caixa de som, datashow, tela de projeção e ar condicionado;

Laboratórios

- 9 (nove) laboratórios de Informática com aproximadamente 35 computadores cada;
- 1 (um) laboratório de Hardware;
- 1 (um) laboratório de Redes de Computadores;
- 1 (um) laboratório de Física;
- 1 (um) laboratório de Química;
- 1 (um) laboratório de Biologia;
- 1 (um) laboratório de Desenho;
- 1 (um) laboratório de Humanidades;
- 1 (um) laboratório de Foto e Vídeo;
- 1 (um) Laboratório de Educação de Matemática (LEM);
- 1 (um) Centro de Línguas (CELIN);
- 1 (um) laboratório de Áudio/Rádio;
- 1 (uma) Agência Júnior de Comunicação;
- 1 (um) Espaço Maker;
- 5 (cinco) laboratórios de Enfermagem;
- 6 (seis) laboratórios de Moda: Modelagem I, Modelagem II, Estamparia/Teciteca, Costura e Criação;

Bloco de Ensino/ Pedagógico

- 1 (uma) sala de professores;
- 9 (nove) salas para coordenadorias de cursos;
- 1 (uma) sala de atendimento psicológico;
- 1 (uma) sala de atendimento para assistente social;
- 1 (uma) sala para pedagogas;
- 1 (uma) sala para a Coordenadoria Geral de Ensino, Coordenadoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenadoria de Extensão;
- 1 (uma) sala para o Setor de Assistência ao Educando;

Núcleo de Ensino a Distância (NEaD)

- 1 (uma) recepção;
- 1 (um) estúdio de gravação;
- 1 (uma) sala de edição;
- 1 (uma) sala de reuniões;
- 2 (duas) salas de coordenadorias de cursos;
- 1 (uma) sala de tutores;
- 1 (uma) sala de estudos;
- 1 (uma) copa/cozinha;
- 1 (uma) sala para a coordenadoria de EaD;

Núcleo Incubador (Incetec)

- 1 (uma) recepção;
- 1 (uma) sala de reuniões;
- 5 (cinco) salas para empresas incubadas;
- 1 (uma) sala para coordenadoria do ELITE;
- 6 (seis) baias com computador;
- 1 (uma) cozinha;

Bloco Administrativo

- 1 (uma) recepção;
- 1 (uma) sala para a Direção Geral;
- 1 (uma) sala para a Diretoria de Administração e Planejamento;

- 1 (uma) sala para a Diretoria de Desenvolvimento Educacional;
- 1 (uma) sala para a Coordenadoria de Administração;
- 1 (uma) sala para a Coordenadoria Orçamentária, Financeira e Contábil;
- 1 (uma) sala para a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços;
- 1 (uma) sala para o Setor de Almoxarifado e Patrimônio;
- 1 (uma) sala para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- 1 (uma) sala para a Assessoria de Comunicação e Chefia de Gabinete;
- 1 (uma) sala de reuniões com videoconferência;

Demais ambientes

- 1 (um) auditório para 360 lugares com banheiros;
- 1 (uma) sala multiuso;
- 1 (um) ginásio poliesportivo com vestiários e banheiros;
- 1 (uma) academia;
- 1 (um) depósito de materiais esportivos;
- 1 (um) Complexo Esportivo da Paineira;
- 1 (uma) área de convivência;
- 1 (uma) praça com palco para apresentações;
- 1 (um) espaço destinado à lanchonete;
- 1 (um) refeitório com 01 (uma) área ampla de alimentação e 8 (oito) dependências internas para área de manipulação, antisepsia, câmara fria, estoque seco e gerência;
- 1 (uma) sala de Recursos Multifuncionais/NAPNE;
- 1 (uma) sala de enfermagem para atendimento de primeiros socorros;
- 1 (uma) sala para coordenadoria do curso Técnico em Enfermagem;
- 1 (um) sala para o Setor de Registros Acadêmicos (SRA);
- 1 (um) Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) com 04 (quatro) salas;
- 1 (uma) sala para atendimento de Odontologia;
- 1 (uma) sala para a Empresa Júnior;
- 1 (uma) sala para o Núcleo de Apoio Fiscal (NAF);
- 12 (doze) banheiros (masculino e feminino) para discentes e servidores com adaptações para pessoas com necessidades específicas e mais 02 (dois) na área do refeitório;
- 2 (duas) copas/cozinha;
- 1 (um) depósito de material de limpeza;
- 1 (uma) guarita com copa, banheiro e vestiário;

- 1 (um) almoxarifado;
- 1 (uma) sala para distribuição de energia;
- 1 (um) depósito de ferramentas;
- 1 (um) alojamento para 2 (dois) estudantes intercambistas com banheiro;

Biblioteca, Instalações e Equipamentos

Biblioteca Física

A Biblioteca Clarice Lispector - Campus Passos possui uma área de 616, 58 m². Suas atividades foram iniciadas em janeiro de 2012. É constituída por:

- 01 sala de estudo com 11 mesas e 45 assentos;
- 01 espaço com 63 estantes para compor o acervo bibliográfico;
- 01 mesa para PNE;
- 17 cabines para estudo individual;
- 8 armários guarda-volumes;
- 01 ambiente com 01 estofado para leitura;
- 01 expositor para novas aquisições;
- 01 ambiente com 9 computadores para acesso à internet para fins de digitação de trabalhos e pesquisas escolares;
- 01 computador exclusivo para consulta ao acervo;
- 01 balcão para realização de atendimento ao usuário com 02 computadores e 02 assentos e 01 mesa de apoio;
- 02 impressoras térmicas para fazer o empréstimo domiciliar;
- 08 banheiros masculinos;
- 01 banheiro masculino para PNE;
- 08 banheiros femininos;
- 01 banheiro feminino para PNE;
- 01 bebedouro;
- 03 aparelhos de ar condicionados;
- 01 ambiente com 01 geladeira, 01 microondas, 01 armário, 01 mesa e 02 assentos;
- 01 salas com 02 estantes para material audiovisual, 02 armários com porta, 04 armários com rodinhas, 03 ventiladores de pedestal;
- 06 carrinhos para transporte de livros;
- 01 sala para bibliotecária de referência, com 02 mesas com 02 assentos, 02 computadores para

catalogação do acervo e trabalhos administrativos, 02 armários com porta, 01 ventilador de pedestal, uma mesa pequena para apoio, 01 armário para arquivo, 1 impressora multifuncional, 01 escada com 02 degraus;

- 01 sala para coordenação de biblioteca, com 01 armário com porta, 01 estofado, 01 mesa com 01 assentos, 01 computador para trabalhos administrativos, 02 mesas pequena para apoio, 01 estofado.

O acervo bibliográfico é constituído por 9096 exemplares de livros impressos, sendo 2831 títulos, 38 títulos de periódicos não correntes. É utilizada a Tabela de Classificação Decimal de Dewey, a Tabela de Pha, Código de Catalogação Anglo-Americano para fazer o processamento técnico deste acervo bibliográfico.

O sistema de gerenciamento de acervo bibliográfico utilizado pelas bibliotecas do IFSULDEMINAS é o Pergamum (desenvolvido pela PUC-Paraná). A base de dados catalográfica pode ser consultada através da internet, o link encontra-se disponível no site da Instituição e através deste, o usuário poderá fazer renovações, reservas e solicitar alguns serviços prestados pela biblioteca.

A biblioteca tem como objetivo oferecer serviços informacionais, tais como: treinamento de usuários, orientação à consulta e pesquisa, orientação à normalização bibliográfica, empréstimo domiciliar do acervo bibliográfico para discentes, docentes e servidores, pesquisa bibliográfica em base de dados, disseminação seletiva de informações, empréstimo entre bibliotecas da Rede IFSULDEMINAS e acesso à plataformas digitais.

Biblioteca Virtual

Além da biblioteca física do Campus Passos, os estudantes e servidores contam com uma plataforma de Biblioteca Virtual, que pode ser acessada de qualquer lugar do país por meio de desktops, tablets e smartphones. A Biblioteca Virtual é uma ferramenta valiosa tanto para os cursos a distância quanto para os presenciais. O acesso é viabilizado pelo IFSULDEMINAS, por meio de contratos firmados com empresas especializadas em bibliotecas digitais. Atualmente, está em uso a Biblioteca Virtual da Pearson. Os acessos aos livros são livres, sem limitação de quantidade, o que garante maior democratização do conteúdo.

Além disso, os títulos digitais disponíveis na Biblioteca Virtual Pearson também podem ser localizados na busca do Sistema Pergamum, utilizado para o acervo da biblioteca física. Ao todo, são disponibilizados aproximadamente 15 mil e-books (títulos) nas mais variadas áreas do conhecimento.

19 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A composição multi e transdisciplinar reúne representantes de diferentes áreas do conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Em cumprimento à sua missão, a Comissão elabora e atualiza as diretrizes e normas para a proteção dos participantes de pesquisa e coordena o Sistema CEP/Conep.

O Sistema CEP/Conep é formado pela Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos CEP (Comitês de Ética em Pesquisa), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro. O Sistema também envolve pesquisadores, assistentes de pesquisa, professores e universitários em iniciação científica, instituições de ensino, centros de pesquisa, fomentadores de pesquisa e os participantes de pesquisa.

A Conep possui autonomia para a análise ética de protocolos de pesquisa de alta complexidade (e de áreas temáticas especiais, como genética humana, reprodução humana, populações indígenas e pesquisas de cooperação internacional) e em projetos de pesquisa propostos pelo Ministério da Saúde, enquanto os CEP são responsáveis pelos protocolos de pesquisa de baixa e média complexidade e são a porta de entrada para todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos. Dessa forma, as análises que competem à Conep passam primeiramente no CEP e automaticamente são encaminhadas para análise na Conep.

O IFSULDEMINAS, Campus Passos está vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFSULDEMINAS, registrado na Plataforma Brasil pelo número 8158. O CEP IFSULDEMINAS, está em exercício desde novembro de 2017 e tem por objetivo cumprir os princípios éticos e legais nas pesquisas realizadas por docentes, alunos e/ou técnicos administrativos do IFSULDEMINAS que envolvam seres humanos, bem como avaliar protocolos de pesquisa de outras instituições que não possui CEP próprio por solicitação da Conep.

20 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Os estudantes que concluirão com aproveitamento todas as disciplinas e a carga horária de estágio conforme matriz curricular e demais condicionantes estabelecidos no projeto pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem com Licenciatura, farão jus à obtenção de certificado e diploma, que possuirá validade para fins de habilitação ao exercício profissional como técnico em enfermagem.

O discente deverá estar regularmente em dia com sua documentação na Seção de Registro Escolar e não possuir débito em nenhum setor da instituição.

21 CONSIDERAÇÕES FINAIS (OBSERVAÇÕES)

O Curso é avaliado semestralmente por mecanismos que permitem análises e conclusões que serão utilizadas como balizamento nas ações de melhoria da qualidade.

Os casos não previstos neste Projeto Pedagógico de Curso ou em regulamentos do IFSULDEMINAS serão analisados e resolvidos pelo colegiado de curso ou encaminhados para instância superior, se necessário.

23 REFERÊNCIAS

BRASIL. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Edição 2012. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Define/Regulamenta a disciplina de Libras e dispositivos correlatos. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 22 dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 jun. 1986.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 set. 1997.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 jun. 2002.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera dispositivos da CLT e da Lei nº 9.394/1996; revoga Leis nº 6.494/1977 e nº 8.859/1994, entre outras; e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 8, de 6 de março de 2012.** Define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Homologado pelo Despacho do Ministro. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 4 set. 2012, p. 98.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 set. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 21 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 jan. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 19 mai. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 22 jun. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretoria de Políticas de Educação Especial. **Parecer nº 14, de 23 de fevereiro de 2010.** Dispõe sobre a terminalidade específica para alunos com deficiência no âmbito da educação básica. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 2 de janeiro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Parecer Normativo nº 01/2019.** Estabelece diretrizes para a carga horária mínima de estágio nos cursos técnicos de enfermagem. Brasília, DF, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução nº 14, de 26 de março de 2014.** Dispõe sobre a aprovação das alterações no Regimento do Núcleo de Inovação e Pesquisa em Educação (NIPE). Pouso Alegre, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução CONSUP nº 73, de 17 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes presenciais da Educação Técnica Profissional de Nível Médio. Pouso Alegre, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução CONSUP nº 12, de 29 de abril de 2013.** Dispõe sobre a aprovação de normas e diretrizes no âmbito institucional. Pouso Alegre, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução CONSUP nº 28, de 5 de agosto de 2011.** Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Transferência Interna. Pouso Alegre, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução CONSUP nº 33, de 30 de abril de 2014.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento Internodo Colegiado de Cursos Técnicos do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução CONSUP nº 71, de 25 de novembro de 2013.** Dispõe sobre a aprovação da reestruturação da Resolução nº 037/2012 – Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação. Pouso Alegre, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução CONSUP nº 72, de 23 de novembro de 2018.** Aprova, *ad referendum*, a revogação da Resolução nº 101/2013 (Políticas de Assistência Estudantil) e da Resolução nº 090/2017 (Regulamento do Auxílio Estudantil). Pouso Alegre, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução CONSUP nº 102, de 16 de dezembro de 2013.** Estabelece as Diretrizes para a Educação Inclusiva no âmbito do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS). **Resolução CONSUP nº 111, de 20 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a criação das Associações Atléticas Acadêmicas nos Campi do IFSULDEMINAS, para fins assistenciais, sem fins lucrativos, e aprovação de seu Estatuto. Pouso Alegre, 2018.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ANEXOS

1 - Formulário de Reposição de Estágio

 <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS CAMPUS PASSOS Rua Mário Ribola, nº 409 - Bairro: Penha II – Passos-MG - CEP 37.903-358 - Tel:(35) 3526-4856 www.if sulde minas.edu.br/passos e-mail: passos@if sulde minas.edu.br</p> <hr/> <p style="text-align: center;">FORMULÁRIO DE REPOSIÇÃO DE ESTÁGIO</p> <p>Peço que o Supervisor (a) _____ receba o (a) aluno (a) _____ no dia ____ / ____ / 201____ e no horário das ____ h às ____ h para o Estágio Supervisionado _____ no local: _____.</p> <p style="text-align: right;">Passos(MG), ____ de _____ de 201____.</p> <p><i>Responsável:</i> _____</p>
--

2 - Formulário de Troca de Estágio

 <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS CAMPUS PASSOS Rua Mário Ribola, nº 409 - Bairro: Penha II – Passos-MG - CEP 37.903-358 - Tel:(35) 3526-4856 www.if sulde minas.edu.br/passos e-mail: passos@if sulde minas.edu.br</p> <hr/> <p style="text-align: center;">Estágios Curriculares- Curso Técnico em Enfermagem Formulário de Troca de Estágio</p> <p>Aluno(a) Solicitante: _____</p> <p>Data da troca: ____ / ____ / ____ . Estágio Supervisionado de _____</p> <p>Local: _____</p> <p>Aluno(a) Solicitado: _____</p> <p>Data da troca: ____ / ____ / ____ . Estágio Supervisionado de _____</p> <p>Local: _____</p>
--

3 - Relatório Final de Estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
PASSOS Campus Passos



CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM RELATÓRIO FINAL DO ESTAGIÁRIO

NOME:			
DISCIPLINA:			
PERÍODO DE :	/	/	a
CARGA HORARIA:	H / A		
LOCAL DE ESTÁGIO:			
DOCENTE(S):			

APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO
(Descrever de forma breve o campo de estágio)

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

(Descrever de forma detalhada as atividades observadas e realizadas durante o período de estágio)

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS RELACIONADOS AO ESTÁGIO

Professor(a) Supervisor(a)

Aluno(a)

Passos, _____ de _____ de _____

4 - Fichas de Avaliação do Estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÉNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Campus Passos



CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM
FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO - ATENÇÃO PRIMÁRIA/SECUNDÁRIA EM SAÚDE

NOME:
DISCIPLINA:
PERÍODO DE : / a / /
CARGA HORÁRIA: H / A
LOCAL DE ESTÁGIO:
DOCENTE(S):

Itens de avaliação	Critérios				
	5	4	3	2	1
1- Assiduidade e pontualidade (frequência, cumprimento da carga horária, entrada, intervalos e saída)					
2- Apresentação pessoal (uniforme, crachá, higiene)					
3- Ética e sigilo profissional					
4- Relacionamento interpessoal (com equipe, pacientes e familiares)					
5- Comunicação (clareza, respeito e adequação)					
6- Interesse e iniciativa na aprendizagem					
7- Capacidade de trabalhar em equipe					
8- Proatividade e iniciativa nas atividades					
9- Resolução de problemas e pensamento crítico					
10- Responsabilidade e comprometimento					
TOTAL					

Excelente (5), Bom (4), Regular (3), Insuficiente (2), Não atende (1)

Itens de avaliação	Critérios				
	5	4	3	2	1
1- Acolhimento humanizado e escuta qualificada					
2- Registro adequado de informações no prontuário/e-SUS					
3- Orientação em promoção e prevenção de doenças					
4- Participação em ações educativas e coletivas					
5- Organização e execução de visitas domiciliares					
6- Cumprimento das rotinas e protocolos institucionais					
7- Conhecimento e aplicação das normas de biossegurança					
8- Identificação de sinais de agravo à saúde					
9- Habilidade prática na realização de técnicas de enfermagem (higiene, curativos, punção venosa, administração de medicamentos etc.)					
10- Priorização e organização das atividades					
TOTAL					

Excelente (5), Bom (4), Regular (3), Insuficiente (2), Não atende (1)

III – Observações Gerais

IV – Parecer Final

- () Apto – Demonstra as competências e habilidades necessárias para a conclusão do estágio.
() Não Apto – Não alcançou o desempenho mínimo exigido.

NOTA FINAL: _____

Professor(a) supervisor(a)

Aluno(a)

Passos, ____ de ____ de ____



CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM
FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO - ATENÇÃO SECUNDÁRIA/TERCIÁRIA EM SAÚDE

NOME:
DISCIPLINA:
PERÍODO DE : / / a / /
CARGA HORÁRIA: H / A
LOCAL DE ESTÁGIO:
DOCENTE(S):

Itens de avaliação	Critérios				
	5	4	3	2	1
1- Assiduidade e pontualidade (frequência, cumprimento da carga horária, entrada, intervalos e saída)					
2- Apresentação pessoal (uniforme, crachá, higiene)					
3- Ética e sigilo profissional					
4- Relacionamento interpessoal (com equipe, pacientes e familiares)					
5- Comunicação (clareza, respeito e adequação)					
6- Interesse e iniciativa na aprendizagem					
7- Capacidade de trabalhar em equipe					
8- Proatividade e iniciativa nas atividades					
9- Resolução de problemas e pensamento crítico					
10- Responsabilidade e comprometimento					
TOTAL					

Excelente (5), Bom (4), Regular (3), Insuficiente (2), Não atende (1)

Itens de avaliação	Critérios				
	5	4	3	2	1
1- Execução correta de procedimentos técnicos específico ao campo de estágio					
2- Conhecimento e aplicação das normas de biossegurança					
3- Organização e preparo de materiais e equipamentos					
4- Capacidade de observação e registro adequado de informações					
5- Cumprimento das rotinas e protocolos institucionais					
6- Execução correta de cuidados básicos de enfermagem					
7- Organização e administração de medicamentos sob supervisão					
8- Identificação de sinais de agravo à saúde					
9- Auxílio seguro no transporte e manejo de pacientes					
10- Priorização e organização das atividades					
TOTAL					

Excelente (5), Bom (4), Regular (3), Insuficiente (2), Não atende (1)

III – Observações Gerais

IV – Parecer Final

- () Apto - Demonstra as competências e habilidades necessárias para a conclusão do estágio.
() Não Apto - Não alcançou o desempenho mínimo exigido.

NOTA FINAL: _____

Professor(a) supervisor(a) _____

Aluno(a) _____

Passos, _____ de _____ de _____

Documento Digitalizado Público

PPC atualizado após a CAMEM

Assunto: PPC atualizado após a CAMEM

Assinado por: Bruna Bordini

Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Bruna Barbara Santos Bordini, DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - CD4 - PAS - DDE,** em 24/10/2025 19:57:56.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/10/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.if sulde minas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 746456

Código de Autenticação: b8087e0bb4



Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem Subsequente - Campus Passos

Assunto: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem Subsequente - Campus Passos

Assinado por: -

Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso

Sítução: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Documento Original